

COMPOSIÇÃO

CONSELHEIROS

Adriene Barbosa de Faria Andrade - Presidente

Sebastião Helvécio Ramos de Castro - Vice-Presidente

Cláudio Couto Terrão - Corregedor

Wanderley Geraldo de Ávila

Mauri José Torres Duarte - Ouvidor

José Alves Viana

Gilberto Pinto Monteiro Diniz

AUDITORES

Licurgo Joseph Mourão de Oliveira

Hamilton Antônio Coelho

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS

Glaydson Santo Soprani Massaria - Procurador-Geral

Daniel de Carvalho Guimarães - Subprocurador-Geral

Maria Cecília Mendes Borges

Sara Meinberg Schmith de Andrade Duarte

Marcílio Barenco Corrêa de Mello

Elke Andrade Soares de Moura Silva

Cristina Andrade Melo

CORPO DELIBERATIVO

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL PLENO

Adriene Barbosa de Faria Andrade - Presidente
Sebastião Helvécio Ramos de Castro - Vice-Presidente
Cláudio Couto Terrão - Corregedor
Wanderley Geraldo de Ávila
Mauri José Torres Duarte - Ouvidor
José Alves Viana
Gilberto Pinto Monteiro Diniz

As reuniões do Tribunal Pleno ocorrem nas quartas-feiras, às 14 h.

COMPOSIÇÃO DA PRIMEIRA CÂMARA

Sebastião Helvécio Ramos de Castro - Presidente
Wanderley Geraldo de Ávila
José Alves Viana
Hamilton Antônio Coelho

As reuniões da Primeira Câmara ocorrem nas terças-feiras, às 14 h 30 m.

COMPOSIÇÃO DA SEGUNDA CÂMARA

Cláudio Couto Terrão - Presidente
Mauri José Torres Duarte
Gilberto Pinto Monteiro Diniz
Licurgo Joseph Mourão de Oliveira

As reuniões da Segunda Câmara ocorrem nas quintas-feiras, às 10 h.

APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso IX, da Resolução 12/2008, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais apresenta o relatório das atividades desenvolvidas no quarto trimestre de 2013, para fins do disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 102/2008.

Em consonância com sua missão de exercer o controle externo da gestão dos recursos públicos de forma eficiente, eficaz e efetiva, o Tribunal de Contas implementou, no trimestre, importantes ações com vistas ao aprimoramento da gestão e de seus serviços.

Voltado para a difusão do conhecimento e interação com a sociedade, o Tribunal realizou diferentes cursos, envolvendo a participação de profissionais da área jurídica e estudantes, de servidores da Casa e de seus jurisdicionados.

Merece registro uma parceria realizada com o Tribunal de Contas da União para uma ação conjunta de capacitação. O objetivo da parceria é a realização de um Fórum sobre Governança para Resultados para gestores municipais e estaduais, dentro da 2ª Conferência de Controle Externo do TCEMG, que será realizada em março de 2014.

Devido à especificidade da matéria relacionada à fiscalização de atos de gestão de pessoal, seja na esfera do Estado, seja na dos Municípios, foi criada pela Resolução nº 19/2013, de 08/11/2013, a Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal cuja finalidade é planejar, dirigir e orientar as ações de controle externo sobre os atos de gestão de pessoal do Estado e dos Municípios, incluídos os editais de concursos públicos e outros procedimentos de seleção de pessoal, visando oferecer subsídios técnicos para as decisões do Tribunal.

No que se refere às ações de controle externo, cumpre ressaltar a atuação prévia do Tribunal nos pedidos de liminar para suspensão de procedimentos licitatórios, as auditorias e inspeções realizadas e a deliberação de 23.664 (vinte e três mil, seiscentos e sessenta e quatro) processos no período.

Por fim, cumpre registrar que o resultado alcançado no quarto trimestre de 2013 demonstra o esforço do Tribunal de Contas no cumprimento de suas metas e no compromisso constante com o aprimoramento de suas ações de controle. Tal resultado reforça nossa determinação em seguir em frente para atuar, cada vez mais, em benefício da sociedade.

Adriene Barbosa de Faria Andrade

Presidente

SUMÁRIO

TCEMG EM NÚMEROS	10
1. IDENTIDADE ORGANIZACIONAL	11
2. MAPA ESTRATÉGICO	12
3. JURISDIÇÃO	13
4. AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO.....	15
4.1. Autuação	15
4.2. Distribuição	16
4.3. Superintendência do Controle Externo	20
4.3.1. Diretorias Subordinadas à Superintendência do Controle Externo.....	20
4.3.1.1. Diretoria de Controle Externo dos Municípios.....	20
4.3.1.2. Diretoria de Controle Externo do Estado.....	21
4.3.1.3. Diretoria de Matérias Especiais.....	21
4.3.1.4. Diretoria de Engenharia e Perícia	22
4.3.1.5. Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal.....	22
4.3.2. Principais Ações Desenvolvidas pela Superintendência do Controle Externo	23
4.3.3. Processos Examinados pelas Diretorias de Controle Externo	25
4.3.4. Capacitação de Servidores.....	29
4.4. Deliberações	31
4.4.1. Tribunal Pleno.....	32
4.4.2. Primeira e Segunda Câmaras.....	32
4.4.3. Decisões Monocráticas.....	34
4.4.4. Deliberação em Parecer Prévio	37
4.4.5. Deliberação em Consulta.....	37
4.5. Resoluções, Instruções e Decisões Normativas	40
4.6. Registro de Atos.....	42
4.7. Exame Prévio de Instrumento Convocatório.....	43
4.8. Sanções	44
4.9. Recursos Deliberados.....	47
4.10. Notas Taquigráficas Emitidas, Ementas e Acórdãos Publicados.....	48
4.11. Certidões.....	49
4.12. Citações, Intimações e Demais Comunicações Realizadas	50
5. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO.....	51
5.1. Escola de Contas e Capacitação "Professor Pedro Aleixo"	51
5.2. Cursos e Eventos.....	53

6. DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	55
6.1. Portal do TCEMG na Internet.....	55
6.2. Sistemas Disponibilizados.....	56
6.3. Intranet.....	58
6.4. Twitter	59
6.5. Facebook	59
6.6. Informativo de Jurisprudência	60
6.7. Revista do Tribunal de Contas	60
6.8. Biblioteca Aloyzio Alves da Costa	61
6.9. Central de Relacionamento com os Jurisdicionados - CRJ	61
7. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS	63
8. CONTROLE INTERNO	64
8.1. Atividades Desenvolvidas	65
8.2. Capacitação de Servidores	66
9. CONTROLE SOCIAL	67
9.1. Ouvidoria.....	67
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS	71

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - TCEMG em Números.....	10
TABELA 2 - Jurisdicionados da Esfera Municipal.....	14
TABELA 3 - Jurisdicionados da Esfera Estadual.....	14
TABELA 4 - Processos Autuados.....	15
TABELA 5 - Processos Distribuídos e Redistribuídos aos Conselheiros Relatores.....	17
TABELA 6 - Processos Distribuídos e Redistribuídos aos Auditores Relatores.....	19
TABELA 7 - Ações de Controle Externo.....	23
TABELA 8 - Processos Examinados pela DCEM.....	25
TABELA 9 - Processos Examinados pela DCEE.....	26
TABELA 10 - Processos Examinados pela DME.....	27
TABELA 11 - Processos Examinados pela DEP.....	27
TABELA 12 - Processos Examinados pela DFAP.....	28
TABELA 13 - Participação em Eventos - DCEM.....	29
TABELA 14 - Participação em Eventos - DCEE.....	29
TABELA 15 - Participação em Eventos - DME.....	30
TABELA 16 - Participação em Eventos - DEP.....	30
TABELA 17 - Participação em Eventos - DFAP.....	30
TABELA 18 - Processos Deliberados pelo Tribunal Pleno.....	32
TABELA 19 - Processos Deliberados pelas Primeira e Segunda Câmaras.....	32
TABELA 20 - Processos Deliberados sob a Forma de Decisão Monocrática.....	35
TABELA 21 - Consultas.....	38
TABELA 22 - Resoluções.....	40
TABELA 23 - Instruções Normativas.....	41
TABELA 24 - Decisões Normativas.....	41
TABELA 25 - Valor das Multas Aplicadas por Irregularidade.....	44
TABELA 26 - Valor dos Ressarcimentos Determinados por Irregularidade.....	45
TABELA 27 - Multa.....	46
TABELA 28 - Ressarcimento ao Erário.....	46
TABELA 29 - Certidões Emitidas.....	49
TABELA 30 - Cursos e Eventos Internos - Ações de Capacitação.....	53

TABELA 31 - Cursos e Eventos Externos - Ações de Capacitação.....	54
TABELA 32 - Portal - Publicação.....	55
TABELA 33 - Portal - Acesso.....	55
TABELA 34 - Portal - Cadastro.....	56
TABELA 35 - Sistemas Disponibilizados aos Jurisdicionados.....	56
TABELA 36 - Sistemas Disponíveis sob a Forma de Serviços.....	57
TABELA 37 - Intranet - Publicação.....	58
TABELA 38 - Intranet - Acesso.....	58
TABELA 39 - Intranet - Cadastro.....	58
TABELA 40 - Atividades Relacionadas ao Informativo de Jurisprudência.....	60
TABELA 41 - Atividades Relacionadas à Revista.....	60
TABELA 42 - Atividades Relacionadas à Biblioteca.....	61
TABELA 43 - Atendimentos Realizados pela CRJ - Por Requerente.....	61
TABELA 44 - Atendimentos Realizados pela CRJ - Por Assunto.....	61
TABELA 45 - Execução Orçamentária.....	63
TABELA 46 - Cursos / Eventos - Controladoria Interna.....	66

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Processos Deliberados.....	31
GRÁFICO 2 - Deliberação em Parecer Prévio.....	37
GRÁFICO 3 - Registro de Atos.....	42
GRÁFICO 4 - Valores Notificados e Pagos - Multa e Ressarcimento ao Erário	46
GRÁFICO 5 - Recursos Deliberados	47
GRÁFICO 6 - Notas Taquigráficas Emitidas, Ementas e Acórdãos Publicados	48
GRÁFICO 7 - Citações, Intimações e Demais Comunicações Realizadas.....	50
GRÁFICO 8 - Demandas Registradas	68
GRÁFICO 9 - Origem das Demandas.....	68
GRÁFICO 10 - Remetentes das Demandas Externas	69
GRÁFICO 11 - Situação das Demandas	69
GRÁFICO 12 - Assuntos Demandados	70
GRÁFICO 13 - Orientação.....	70

TCEMG EM NÚMEROS

Os principais resultados decorrentes das atividades desenvolvidas no quarto trimestre de 2013 pelo Tribunal de Contas estão sintetizados abaixo.

TABELA 1 - TCEMG em Números

Atividade	Quantidade
Processos autuados	13.339
Processos distribuídos e redistribuídos aos relatores - Conselheiros	29.654
Processos distribuídos e redistribuídos aos relatores - Auditores	4.055
Processos examinados pelas Diretorias Técnicas de Controle Externo	9.666
Sessões realizadas	32
Processos deliberados	23.664
Multas aplicadas	R\$ 852.000,00
Ressarcimentos determinados	R\$ 504.000,00
Intimações encaminhadas aos responsáveis para pagamento de multa e ressarcimento ao erário	64
Certidões de débito encaminhadas ao Ministério Público para as providências cabíveis à execução forçada pela Advocacia Geral do Estado ou Procuradorias Municipais	131
Valores recebidos e comprovados relativos a notificações anteriores - Multa	R\$ 74.000,00
Valores recebidos e comprovados relativos a notificações anteriores - Ressarcimento	R\$ 8.000,00
Registros de Atos/Títulos - Aposentadorias, Reformas e Pensões	18.534
Pareceres prévios em prestações de contas prestadas pelo Executivo Municipal	427
Pareceres em Consulta	21
Editais de Concursos Públicos suspensos	1
Procedimentos licitatórios suspensos	11
Recursos deliberados	189
Acórdãos publicados	9.353
Notas taquigráficas emitidas	2.703
Citações, intimações e demais comunicações	6.351

Fonte: Relatório estatístico da Corregedoria - 4º trimestre/2013.

1. IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

A identidade organizacional tem por finalidade traduzir o que se entende como ideal para conferir personalidade à Instituição, representada nos conceitos de *missão*, *visão* e *valores*, onde missão define a razão da existência; visão, a situação desejável para o futuro; os valores, a base de tudo o que se acredita como certo e adequado.

Missão

Exercer o controle externo da gestão dos recursos públicos de forma eficiente, eficaz e efetiva, em benefício da sociedade.

Visão

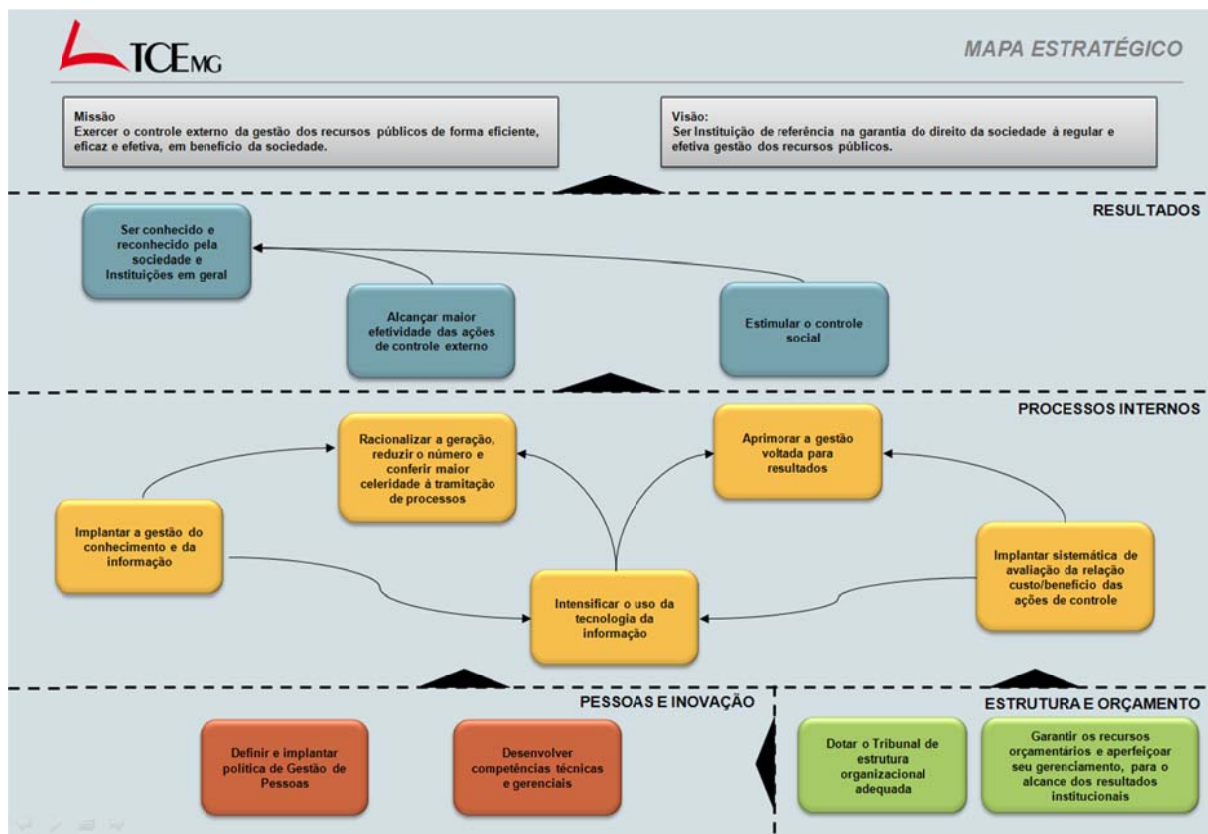
Ser instituição de referência na garantia do direito da sociedade à regular e efetiva gestão dos recursos públicos.

Valores

Ética, justiça, efetividade, transparência e compromisso social.

2. MAPA ESTRATÉGICO

Mapa estratégico é a representação gráfica da estratégia de uma organização, por intermédio de um conjunto de objetivos balanceados em diversas perspectivas e interligados por relações de causa e efeito, associados a indicadores de resultados. Mostra como as iniciativas estratégicas e os recursos serão convertidos em resultados, proporcionando um referencial comum de fácil compreensão para os colaboradores, que passam a ter a clara percepção de como suas atividades estão ligadas aos objetivos gerais da organização, possibilitando uma atuação coordenada e integrada nos diversos níveis organizacionais.



3. JURISDIÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, órgão constitucional de controle externo da gestão dos recursos públicos estaduais e municipais, com sede na Capital, presta auxílio ao Poder Legislativo e tem jurisdição própria e privativa sobre as matérias e pessoas sujeitas à sua competência, nos termos da Constituição da República, da Constituição do Estado de Minas Gerais e da Lei Complementar nº 102 de 17 de janeiro de 2008.

Nos termos do art. 2º da Resolução nº 8/2008, estão sujeitos à jurisdição do Tribunal de Contas:

I - a pessoa física ou jurídica, pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens ou valores públicos estaduais ou municipais ou pelos quais responda o Estado ou o Município;

II - a pessoa física ou jurídica, pública ou privada que assuma, em nome do Estado ou de Município ou de entidade da administração indireta estadual ou municipal, obrigação de natureza pecuniária;

III - aquele que der causa à perda, ao extravio ou a outra irregularidade de que resultem dano ao erário estadual ou municipal;

IV - aquele que deva prestar contas ao Tribunal ou cujos atos estejam sujeitos à sua fiscalização por expressa disposição de lei;

V - o responsável pela aplicação de recurso repassado pelo Estado ou por Município, mediante convênio, acordo, ajuste ou instrumento congêneres;

VI - o responsável por entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado que receba contribuições parafiscais e preste serviço de interesse público ou social;

VII - o dirigente ou liquidante de empresa encampada ou sob intervenção, ou que, de qualquer modo, venha a integrar, provisória ou permanentemente, o patrimônio do Estado, do Município ou de outra entidade pública estadual ou municipal;

VIII - os sucessores dos administradores e responsáveis a que se refere este artigo, até o limite do valor do patrimônio transferido, nos termos do inciso XLV do art. 5º da Constituição da República.

São jurisdicionados do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais:

TABELA 2 - Jurisdicionados da Esfera Municipal

Órgão/Entidade	Quantidade
Prefeituras	853
Câmaras	853
Entidades (incluindo Consórcios Públicos)	222
RPPS - Regime Próprio de Previdência Social	212
Empresas Municipais	32
Total	2.172

Fonte: Relatório estatístico da Corregedoria - 4º trimestre/2013.

TABELA 3 - Jurisdicionados da Esfera Estadual

Órgão/Entidade	Quantidade
Administração Direta	44
Autarquias	22
Fundações	15
Fundos Estaduais	32
Empresas Estaduais	39
Total	152

Fonte: Relatório estatístico da Corregedoria - 4º trimestre/2013.

4. AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

4.1. Autuação

Nos termos do art. 111 do Regimento Interno do Tribunal de Contas, somente serão autuados os documentos, de origem interna ou externa, que exijam tramitação e instrução específica para deliberação do Tribunal, devendo, para tanto, receber numeração e ser classificados segundo as naturezas previstas em ato normativo próprio.

No quarto trimestre de 2013, foram autuados 13.339 (treze mil, trezentos e trinta e nove) processos, como discriminado abaixo:

TABELA 4 - Processos Autuados

(continua)

Natureza	Quantidade
Acompanhamento	1
Agravo	10
Aposentadoria	12.824
Assunto Administrativo - Ato Normativo	17
Assunto Administrativo - Câmaras	52
Auditoria	13
Auditoria Operacional	1
Consulta	40
Contrato	1
Contrato TCE	25
Convênio TCE	7
Denúncia	114
Dispensa de Licitação	1
Edital de Concurso Público	11
Edital de Licitação	24
Embargos Declaratórios	10
Incidente de Inconstitucionalidade	1
Licitação TCE	26

TABELA 4 - Processos Autuados

(conclusão)	
Natureza	Quantidade
Monitoramento	1
Pedido de Reexame	28
Pedido de Rescisão	3
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Empresa Pública	1
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Fundação Pública	1
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Instituto de Previdência dos Servidores	1
Prestação de Contas do Executivo Municipal	2
Processo Administrativo	1
Recurso Administrativo	2
Recurso Ordinário	40
Representação	49
Tomada de Contas Especial	32
Total	13.339

Fonte: Relatório estatístico da Corregedoria - 4º trimestre/2013.

4.2. Distribuição

Na distribuição dos processos, são observados os princípios da publicidade, da alternatividade e da aleatoriedade.

O parágrafo único do art. 113 do Regimento Interno do TCEMG dispõe que a distribuição deverá ser equânime, de forma a assegurar o equilíbrio quantitativo do volume de processos da mesma classe entre os Relatores e os membros do Ministério Público, observados os critérios estabelecidos em ato normativo próprio.

Foram distribuídos, no trimestre, 14.404 (quatorze mil, quatrocentos e quatro) processos aos relatores, sendo 11.980 (onze mil, novecentos e oitenta) entre os Conselheiros e 2.424 (dois mil, quatrocentos e vinte e quatro) entre os Auditores, como demonstrado nas Tabelas 5 e 6.

Também foram redistribuídos aos relatores, no trimestre, 19.305 (dezenove mil, trezentos e cinco) processos, sendo 17.674 (dezessete mil, seiscentos e setenta e quatro) processos entre os Conselheiros e 1.631 (um mil, seiscentos e trinta e um) entre os Auditores.

TABELA 5 - Processos Distribuídos e Redistribuídos aos Conselheiros Relatores

(continua)

Natureza	Distribuídos	Redistribuídos	Total
Agravo	10	14	24
Aposentadoria	10.924	6.611	17.535
Apostila Retificatória de Proventos	-	3	3
Assunto Administrativo - Ato Normativo	17	11	28
Assunto Administrativo - Câmaras	52	7	59
Assunto Administrativo - Pleno	-	10	10
Atos de Admissão e Movimentação de Pessoal	-	145	145
Auditoria	13	5	18
Balancete Mensal	-	9	9
Balanço Geral	-	5	5
Complemento de Benefícios de Pensão	-	6	6
Complemento de Proventos de Aposentadoria	-	82	82
Consulta	40	15	55
Contrato	-	122	122
Contrato TCE	25	62	87
Convênio	-	69	69
Convênio TCE	7	-	7
Denúncia	114	310	424
Edital de Concurso Público	11	15	26
Edital de Licitação	24	30	54
Embargos Declaratórios	9	7	16
Inspeção Extraordinária	-	13	13
Inspeção Extraordinária - Licitação	-	4	4
Inspeção Ordinária	-	354	354
Inspeção Ordinária - Atos de Admissão	-	32	32
Inspeção Ordinária - Licitação	-	14	14
Julgamento da Legalidade dos Atos das Despesas Municipais	-	110	110
Licitação	-	63	63
Licitação TCE	26	-	26
Pedido de Auditoria	-	7	7
Pedido de Reexame	21	58	79
Pedido de Rescisão	3	3	6
Pensão	562	2.117	2.679

TABELA 5 - Processos Distribuídos e Redistribuídos aos Conselheiros Relatores

Natureza	Distribuídos	Redistribuídos	(conclusão)
			Total
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Autarquias	-	46	46
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Empresa Pública	1	5	6
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Fundação Pública	-	27	27
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Instituto de Previdência dos Servidores	-	137	137
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Sociedade de Economia Mista	-	25	25
Prestação de Contas de Adiantamento	-	3	3
Prestação de Contas de Auxílio e Subvenção	-	19	19
Prestação de Contas de Convênio	-	132	132
Prestação de Contas de Exercício	-	252	252
Prestação de Contas de Ordenadores	-	4	4
Prestação de Contas de Termo Aditivo a Convênio	-	3	3
Prestação de Contas do Executivo Municipal	2	251	253
Prestação de Contas do Legislativo Municipal	-	326	326
Prestação de Contas Municipal	-	3.360	3.360
Processo Administrativo	1	1.283	1.284
Recurso de Reconsideração	-	13	13
Recurso de Revisão	-	22	22
Recurso Ordinário	40	78	118
Reforma	-	594	594
Relatório de Inspeção	-	66	66
Relatório de Inspeção - Licitação	-	4	4
Representação	49	118	167
Termo Aditivo a Contrato	-	135	135
Termo Aditivo a Convênio	-	48	48
Termo de Permissão	-	4	4
Termo de Rescisão de Contrato	-	8	8
Tomada de Contas	-	27	27
Tomada de Contas Especial	22	339	361
Outras	7	32	39
Total	11.980	17.674	29.654

Fonte: Relatório estatístico da Corregedoria - 4º trimestre/2013.

TABELA 6 - Processos Distribuídos e Redistribuídos aos Auditores Relatores

Natureza	Distribuídos	Redistribuídos	Total
Aposentadoria	2.216	414	2.630
Atos de Admissão e Movimentação de Pessoal	-	53	53
Complemento de Proventos de Aposentadoria	-	11	11
Convênio	-	15	15
Inspeção Extraordinária	-	5	5
Inspeção Ordinária	-	59	59
Inspeção Ordinária - Atos de Admissão	-	10	10
Julgamento da Legalidade dos Atos das Despesas Municipais	-	13	13
Pedido de Reexame	7	16	23
Pensão	190	180	370
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Autarquias	-	9	9
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Instituto de Previdência dos Servidores	1	21	22
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Sociedade de Economia Mista	-	3	3
Prestação de Contas de Convênio	-	9	9
Prestação de Contas de Exercício	-	22	22
Prestação de Contas do Executivo Municipal	-	23	23
Prestação de Contas do Legislativo Municipal	-	55	55
Prestação de Contas Municipal	-	359	359
Processo Administrativo	-	253	253
Relatório de Inspeção	-	22	22
Termo Aditivo a Convênio	-	7	7
Tomada de Contas	-	3	3
Tomada de Contas Especial	9	58	67
Outras	1	11	12
Total	2.424	1.631	4.055

Fonte: Relatório estatístico da Corregedoria - 4º trimestre/2013.

4.3. Superintendência do Controle Externo

A Superintendência do Controle Externo tem por finalidade gerenciar a área técnico-executiva de controle externo, visando prestar apoio e assessoramento à Presidência e à Secretaria Executiva do Tribunal.

São subordinadas à Superintendência do Controle Externo:

- Diretoria de Controle Externo dos Municípios;
- Diretoria de Controle Externo do Estado;
- Diretoria de Matérias Especiais;
- Diretoria de Engenharia e Perícia;
- Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal;
- Assessoria para Desenvolvimento do Sistema de Apoio à Fiscalização Municipal - SICOM;
- Assessoria para Coordenação da Fiscalização Integrada - SURICATO;
- Comissão para Acompanhamento da Execução das Ações Referentes à Copa de 2014 e Planejamento de sua Fiscalização - FISCOPA.

A Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal passou a integrar a estrutura organizacional do Tribunal de Contas em 8/11/2013, data em que foi publicada a Resolução nº 19/2013. A partir dessa data, as Diretorias de Controle Externo dos Municípios, de Controle Externo do Estado e de Matérias Especiais sofreram alteração em sua estrutura, como demonstrado a seguir.

4.3.1. Diretorias Subordinadas à Superintendência do Controle Externo

4.3.1.1. Diretoria de Controle Externo dos Municípios

A Diretoria de Controle Externo dos Municípios tem por finalidade planejar, dirigir e orientar as ações de controle externo, bem como fiscalizar os atos de gestão no âmbito municipal, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal, visando oferecer subsídios técnicos para as decisões do Tribunal.

Possui em sua estrutura:

- 1ª a 9ª Coordenadorias de Fiscalização dos Municípios, que têm por finalidade executar ações de controle e exercer a fiscalização financeira, orçamentária, contábil, operacional ou patrimonial da Administração Municipal.

4.3.1.2. Diretoria de Controle Externo do Estado

A Diretoria de Controle Externo do Estado tem por finalidade planejar, dirigir e orientar as ações de controle externo, bem como fiscalizar os atos de gestão no âmbito da Administração Estadual, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal, visando oferecer subsídios técnicos para as decisões do Tribunal.

Possui em sua estrutura:

- Coordenadoria de Avaliação da Macrogestão Governamental do Estado, que tem por finalidade acompanhar e analisar a gestão do Governo do Estado, em seus aspectos globais;
- 1ª a 4ª Coordenadorias de Fiscalização do Estado, que têm por finalidade executar ações de controle em suas áreas de atuação e exercer a fiscalização financeira, orçamentária, contábil, operacional e patrimonial da Administração Estadual.

4.3.1.3. Diretoria de Matérias Especiais

A Diretoria de Matérias Especiais tem por finalidade planejar, dirigir e orientar ações de controle externo, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal, visando oferecer subsídio técnico para as decisões do Tribunal.

Possui em sua estrutura:

- Coordenadoria de Análise de Editais de Licitação, que tem por finalidade realizar o exame prévio da legalidade dos editais de licitação;
- Coordenadoria de Auditoria Operacional; que tem por finalidade realizar de forma precípua auditorias operacionais no âmbito de jurisdição do Tribunal, bem como desenvolver e disseminar métodos e técnicas sobre essa modalidade de auditoria;

- Coordenadoria de Fiscalização de Projetos Financiados por Organismos Internacionais, que tem por finalidade examinar processos de empréstimos e operações de crédito externo, bem como a aplicação dos recursos deles resultantes.

4.3.1.4. Diretoria de Engenharia e Perícia

A Diretoria de Engenharia e Perícia tem por finalidade planejar, dirigir e orientar ações de controle externo, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal, visando oferecer subsídio técnico para as decisões do Tribunal.

Possui em sua estrutura:

- Coordenadoria de Fiscalização de Concessões e Parcerias Público-Privadas, que tem por finalidade fiscalizar as concessões comuns, administrativas e patrocinadas e as parcerias público-privadas, no âmbito estadual e no municipal;
- Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia e Perícia, que tem por finalidade promover as ações de controle externo em obras e serviços de engenharia, executados ou contratados por órgãos ou entidades sujeitos à fiscalização do Tribunal.

4.3.1.5. Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal

A Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal tem por finalidade planejar, dirigir e orientar as ações de controle externo sobre os atos de gestão de pessoal do Estado e dos Municípios, incluídos os editais de concursos públicos e de outros procedimentos de seleção de pessoal, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal, visando oferecer subsídios técnicos para as decisões do Tribunal.

Possui em sua estrutura:

- Coordenadoria de Fiscalização de Atos de Pessoal Municipal; que tem por finalidade fiscalizar os atos de admissão, aposentadoria ou pensão, bem como os atos de complementação ou de cancelamento, no âmbito municipal;
- Coordenadoria de Fiscalização de Atos de Pessoal Estadual; que tem por finalidade fiscalizar os atos de admissão, aposentadoria, reforma ou pensão, bem como os atos de complementação ou cancelamento na Administração Direta ou Indireta Estadual;

- Coordenadoria de Análise de Editais de Concursos Públicos, que tem por finalidade realizar o exame prévio da legalidade dos editais de concurso público.

Além dessas Coordenadorias, a Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal possui em sua estrutura uma Comissão de Apoio à Fiscalização de Atos de Pessoal.

4.3.2. Principais Ações Desenvolvidas pela Superintendência do Controle Externo

Entre as ações de controle externo realizadas no trimestre, destacam-se:

TABELA 7 - Ações de Controle Externo

(continua)

Ações
Realizada auditoria nas obras do BRT- Avenidas Cristiano Machado, Antônio Carlos e Pedro I.
Realizadas auditorias em 14 (quatorze) Municípios de Minas Gerais: - Prefeituras Municipais de Nova Lima, Três Marias, Várzea da Palma, Santa Vitória, Alpinópolis e Itabira; - Fundo Municipal de Previdência de Araponga; - Sistema de Previdência Municipal de Miraí; - Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Poço Fundo; - Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional, Secretaria de Saúde e Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte; - Câmaras Municipais de Iturama e Espinosa; - Instituto de Previdência Municipal de Alpercata; - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Paulistas.
Conclusão do relatório preliminar da auditoria operacional realizada na COPANOR.
Análise preliminar das informações contidas nos relatórios de auditoria produzidos pela Auditoria Geral do Estado na FUNED.
Elaboração da matriz de achados das auditorias operacionais realizadas no SISEMA (licenciamento Ambiental da mineração de Ferro) e no Ensino Médio.
Acompanhamento da Concessão Patrocinada do Metrô RMBH - Planejamento de auditoria / visitas técnicas. Realização de dois painéis de referência.
Realizadas inspeções extraordinárias em obras das Prefeituras Municipais de Pompeu (continuação), Esmeraldas, Itajubá e Mariana.
Conclusão de inspeção extraordinária concomitante na CEMIG e na Secretaria de Estado da Fazenda.
Conclusão da Proposta do Plano Anual de Inspeções para 2014, encaminhada à Presidência para aprovação.

TABELA 7 - Ações de Controle Externo

(conclusão)

Ações
Elaboração e conclusão do relatório parcial sobre a execução orçamentária, financeira, patrimonial, contábil e de gestão fiscal, referentes ao primeiro quadrimestre do exercício corrente, relativas às Contas do Governador.
Consolidação das informações sobre a execução orçamentária, financeira, patrimonial, contábil e de gestão fiscal, referentes ao segundo quadrimestre do exercício corrente, e desenvolvimento das análises que subsidiarão a elaboração do relatório parcial sobre as contas governamentais do Estado.
Desenvolvimento do Projeto Custo Benefício com integração ao Projeto TCSIC. Implantação do sistema de Informação de Custos do Tribunal.
Divulgação da Cartilha Eletrônica do “Sistema de Fiscalização dos Atos de Admissão” (FISCAD), no Portal do Tribunal, com vistas a promover o aprimoramento da comunicação com os jurisdicionados.
Reuniões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) com a finalidade de fortalecer parcerias com o Tribunal de Contas.
Realização da palestra “Auditoria Operacional como Ferramenta de Aprimoramento das Ações Governamentais”, pela Coordenadoria de Auditoria Operacional, para os alunos do 6º período da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro.
Reunião com representantes da CODEMIG para discutir pontos constantes do Parecer Prévio de 2012 acerca do nióbio.
Conclusão da homologação e implantação do sistema Geo-Obras.
Conclusão de auditoria de revisão das demonstrações financeiras de 2011 da COHAB MINAS.
Desenvolvimento dos trabalhos iniciados de auditoria <i>on line</i> , visando implementar o sistema - SAFE - Sistema de apoio à Fiscalização Estadual. Foram selecionadas contratações referentes à Copa do Mundo.
Fonte: Superintendência do Controle Externo, Diretoria de Controle Externo dos Municípios, Diretoria de Controle Externo do Estado, Diretoria de Matérias Especiais, Diretoria de Engenharia e Perícia e Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal.

4.3.3. Processos Examinados pelas Diretorias de Controle Externo

No trimestre, foram examinados 9.666 (nove mil, seiscentos e sessenta e seis) processos pelas Diretorias de Controle Externo, como registrado nas Tabelas 8, 9, 10, 11 e 12.

TABELA 8 - Processos Examinados pela DCEM

(continua)

Natureza	Quantidade
Aposentadoria	923
Assunto Administrativo - Câmaras	3
Auditoria	13
Consulta	2
Convênio	2
Denúncia	54
Edital de Concurso Público	1
Edital de Licitação	6
Embargos Declaratórios	2
Inspeção Extraordinária	1
Inspeção Ordinária	19
Inspeção Ordinária - Atos de Admissão	1
Julgamento da Legalidade dos Atos das Despesas Municipais	17
Licitação	3
Pedido de Auditoria	2
Pedido de Reexame	35
Pedido de Rescisão	1
Pensão	9
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Autarquias	2
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Empresa Pública	10
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Fundação Pública	5
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Instituto de Previdência dos Servidores	75
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Sociedade de Economia Mista	8
Prestação de Contas de Exercício	1

TABELA 8 - Processos Examinados pela DCEM

(conclusão)

Natureza	Quantidade
Prestação de Contas do Executivo Municipal	388
Prestação de Contas do Legislativo Municipal	596
Prestação de Contas Municipal	165
Processo Administrativo	78
Recurso de Reconsideração	4
Recurso de Revisão	4
Recurso Ordinário	12
Relatório de Auditoria	1
Relatório de Inspeção	11
Relatório de Inspeção - Licitação	1
Representação	39
Tomada de Contas Especial	14
Total	2.508

Fonte: Relatório estatístico da Corregedoria - 4º trimestre/2013.

TABELA 9 - Processos Examinados pela DCEE

(continua)

Natureza	Quantidade
Aposentadoria	704
Apostila Retificatória de Proventos	1
Auditoria	1
Balancete Mensal	35
Contrato	33
Convênio	2
Denúncia	8
Edital de Concurso Público	2
Edital de Licitação	1
Inspeção Extraordinária	3
Licitação	1
Pensão	437
Prestação de Contas de Convênio	142
Prestação de Contas de Exercício	32

TABELA 9 - Processos Examinados pela DCEE

(conclusão)

Natureza	Quantidade
Prestação de Contas de Ordenadores	22
Prestação de Contas de Termo Aditivo a Convênio	2
Processo Administrativo	2
Recurso Ordinário	1
Reforma	593
Relatório de Inspeção	1
Representação	1
Termo Aditivo a Contrato	11
Termo de Rescisão de Contrato	1
Tomada de Contas Especial	84
Total	2.120

Fonte: Relatório estatístico da Corregedoria - 4º trimestre/2013.

TABELA 10 - Processos Examinados pela DME

Natureza	Quantidade
Auditoria Operacional	2
Consulta	1
Denúncia	133
Edital de Concurso Público	10
Edital de Licitação	32
Embargos Declaratórios	1
Recurso Ordinário	4
Representação	13
Total	196

Fonte: Relatório estatístico da Corregedoria - 4º trimestre/2013.

TABELA 11 - Processos Examinados pela DEP

(continua)

Natureza	Quantidade
Acompanhamento	1
Agravo	1
Auditoria	1
Denúncia	38
Edital de Licitação	9

TABELA 11 - Processos Examinados pela DEP

(conclusão)	
Natureza	Quantidade
Embargos Declaratórios	3
Inspeção Ordinária	1
Licitação	3
Licitação TCE	2
Processo Administrativo	4
Recurso Ordinário	3
Representação	15
Restituição de Caução	1
Tomada de Contas Especial	1
Total	83

Fonte: Relatório estatístico da Corregedoria - 4º trimestre/2013.

TABELA 12 - Processos Examinados pela DFAP

Natureza	Quantidade
Aposentadoria	3.594
Apostila Retificatória de Proventos	1
Ato Retificador de Aposentadoria	3
Atos de Admissão e Movimentação de Pessoal	2
Denúncia	10
Edital de Concurso Público	26
Embargos Declaratórios	3
Inspeção Ordinária	1
Pensão	1.103
Recurso Ordinário	3
Reforma	2
Representação	11
Total	4.759

Fonte: Relatório estatístico da Corregedoria - 4º trimestre/2013.

4.3.4. Capacitação de Servidores

Os servidores da área técnica participaram de vários eventos, como demonstrado nas Tabelas 13, 14, 15, 16.e 17.

TABELA 13 - Participação em Eventos - DCEM

Eventos
Seminário "Questões controvertidas do controle em matéria previdenciária"
Seminário de Auditoria
Congresso Brasileiro de Direito Previdenciário
Apresentação do acompanhamento das metas institucionais e quadrimestrais do órgão técnico
Palestra sobre Imersão em Licitações e Gestão de Contratos
Seminário "Os Tribunais de Contas e a Justiça Eleitoral"
Simpósio "O Papel do Controle no Programa Nacional de Saneamento e Resíduos Sólidos: Reflexões sobre a solução consorciada"
Mesa Redonda "Tópicos em Direito Constitucional Comparado"
Apresentação sobre a Central de Relacionamento (CRTCE)
Fórum Mineiro de Vereadores
Oficinas "Proposta de Manual de Procedimentos de Auditoria de Conformidade" e "Elaboração de Relatórios"

Fonte: Diretoria de Controle Externo dos Municípios - DCEM.

TABELA 14 - Participação em Eventos - DCEE

Eventos
Seminário "Questões Controvertidas em Matérias Previdenciárias"
Congresso "Informação de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público"
Seminário de Auditoria - Curso: Contas de Governo e Contas da Gestão (<i>on line</i>)
Mesa Redonda "Tópicos em Direito Constitucional Comparado"
Os Tribunais de Contas e a Justiça Eleitoral - Aplicação da LC nº 135
Reunião "Rede Ouvir"
Curso de Noções de Estatística
Seminário de Auditoria Operacional
Curso de Técnica Legislativa
Fórum sobre o Impacto das Novas Normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público nas Atividades dos Tribunais de Contas
Congresso de Direito Constitucional

Fonte: Diretoria de Controle Externo do Estado - DCEE

TABELA 15 - Participação em Eventos - DME

Eventos
Curso de Gestão de Projetos
Curso de Auditoria
Fonte: Diretoria de Matérias Especiais - DME

TABELA 16 - Participação em Eventos - DEP

Eventos
Curso "Pavimentos Rígidos de Concreto"
XXVII Congresso de Tribunais de Contas
Estratégias Ilegais em Licitação
Reunião com o IRB para seleção de sistema informatizado de auditoria
II Fupai - Fundação de Pesquisa e Assessoramento à Indústria - "Engenharia Econômica"
Curso Básico de Auditoria
Curso "Consultoria em análise de viabilidade econômica" - Treinamento <i>on the job</i>
Curso "Noções de Estatística"
Curso do Simpósio sobre transporte coletivo de passageiros
Curso de SGAP e BI
Workshop - Os Desafios das Mudanças na Gestão de Pessoas e O Tribunal e os Novos Paradigmas da Comunicação
Curso "Política Nacional de Saneamento e Política Nacional de Resíduos Sólidos"
Feira Nacional de Sistemas de Tribunais de Contas
Apresentação dos Sistemas Geo-Obras e SIAP
Fonte: Diretoria de Engenharia e Perícia - DEP

TABELA 17 - Participação em Eventos - DFAP

Eventos
Seminário "Os Tribunais de Contas e a Justiça Eleitoral - Aplicação da LC nº 135"
Curso de Técnica Legislativa
Curso "Proposta de Manual de Procedimentos para realização de Auditorias de Conformidade e Elaboração de Relatórios"
Mesa Redonda "Tópicos em Direito Constitucional Comparado"
Fonte: Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal - DFAP

4.4. Deliberações

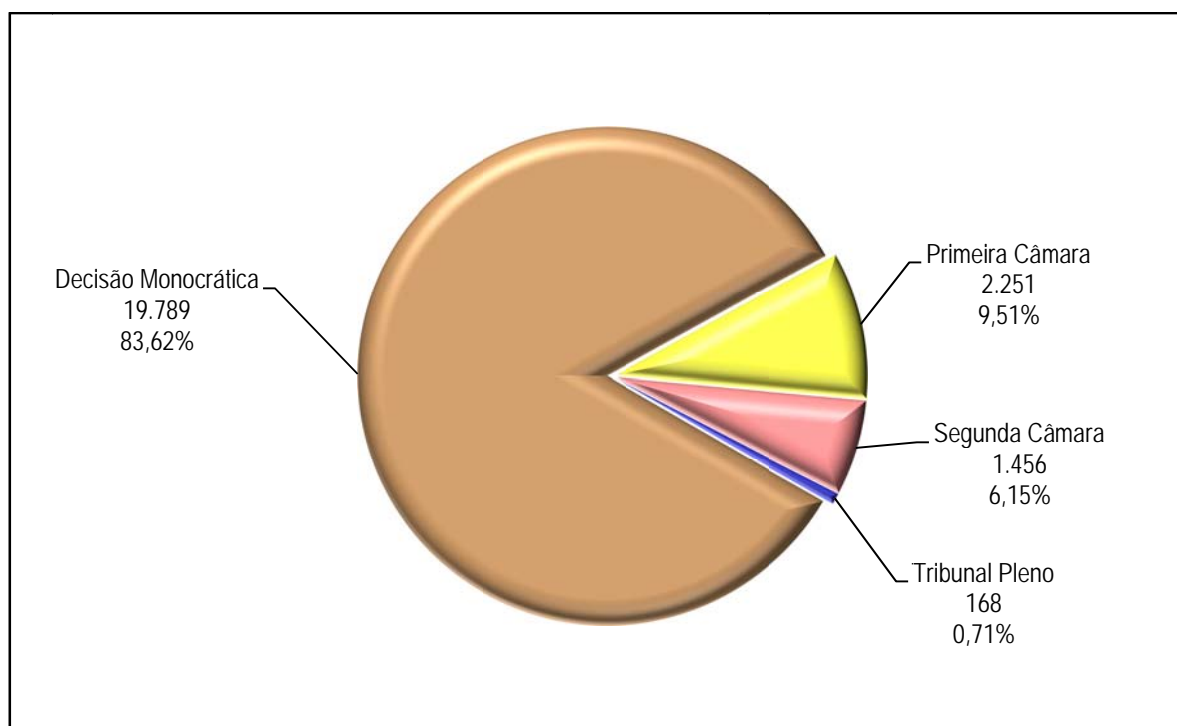
As deliberações do Tribunal de Contas têm a forma de:

- acórdão;
- parecer;
- instrução normativa;
- resolução;
- decisão normativa;
- decisão monocrática.

No trimestre foram realizadas 32 (trinta e duas) sessões, sendo 11 (onze) do Tribunal Pleno, 10 (dez) da Primeira Câmara e 11 (onze) da Segunda Câmara e foram deliberados 3.875 (três mil, oitocentos e setenta e cinco) processos.

Foram deliberados, ainda, 19.789 (dezenove mil, setecentos e oitenta e nove) processos por decisão monocrática, totalizando, no período, 23.664 (vinte e três mil, seiscentos e sessenta e quatro) processos.

GRÁFICO 1 - Processos Deliberados



Fonte: Relatório estatístico da Corregedoria - 4º trimestre/2013.

4.4.1. Tribunal Pleno

TABELA 18 - Processos Deliberados pelo Tribunal Pleno

Natureza	Quantidade
Agravo	3
Assunto Administrativo - Ato Normativo	15
Assunto Administrativo - Ato Normativo Revisão Enunciado Súmulas	1
Assunto Administrativo - Pleno	2
Auditoria Operacional	3
Consulta	13
Denúncia	4
Embargos Declaratórios	4
Pedido de Rescisão	1
Processo Administrativo	3
Projeto de Enunciado de Súmula	1
Recurso Administrativo	2
Recurso de Reconsideração	1
Recurso de Revisão	17
Recurso Ordinário	98
Total	168

Fonte: Relatório estatístico da Corregedoria - 4º trimestre/2013

4.4.2. Primeira e Segunda Câmaras

TABELA 19 - Processos Deliberados pelas Primeira e Segunda Câmaras

(continua)

Natureza	Primeira Câmara	Segunda Câmara	Total
Agravo	1	2	3
Aposentadoria	741	581	1.322
Assunto Administrativo - Câmaras	21	3	24
Atos de Admissão e Movimentação de Pessoal	8	32	40
Balancete Mensal	11	-	11
Balanço Geral	1	-	1
Complemento de Proventos de Aposentadoria	1	-	1
Contrato	13	-	13

TABELA 19 - Processos Deliberados pelas Primeira e Segunda Câmaras

(continua)

Natureza	Primeira Câmara	Segunda Câmara	Total
Convênio	70	12	82
Denúncia	108	90	198
Denúncia - Atos de Admissão	1	-	1
Edital de Concurso Público	13	10	23
Edital de Licitação	13	9	22
Embargos Declaratórios	1	2	3
Inspeção Extraordinária	2	-	2
Inspeção Extraordinária - Licitação	4	1	5
Inspeção Ordinária	62	18	80
Inspeção Ordinária - Atos de Admissão	4	3	7
Inspeção Ordinária - Licitação	1	2	3
Inspeção Ordinária - Parecer Coletivo	1	-	1
Julgamento da Legalidade dos Atos das Despesas Municipais	4	19	23
Licitação	13	6	19
Pedido de Auditoria	1	-	1
Pedido de Reexame	39	18	57
Pensão	341	124	465
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Autarquias	2	2	4
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Fundação Pública	2	1	3
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Instituto de Previdência dos Servidores	29	17	46
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Sociedade de Economia Mista	-	1	1
Prestação de Contas de Convênio	21	43	64
Prestação de Contas de Exercício	77	58	135
Prestação de Contas de Termo Aditivo a Convênio	-	1	1
Prestação de Contas do Executivo Municipal	177	166	343
Prestação de Contas Municipal	182	100	282
Processo Administrativo	153	53	206
Relatório de Inspeção	2	1	3

TABELA 19 - Processos Deliberados pelas Primeira e Segunda Câmaras

(conclusão)

Natureza	Primeira Câmara	Segunda Câmara	Total
Relatório de Inspeção - Licitação	-	1	1
Relatório de Inspeção Extraordinária	1	-	1
Representação	19	13	32
Restituição de Caução	1	-	1
Reversão de Aposentadoria	1	-	1
Termo Aditivo a Contrato	10	1	11
Termo Aditivo a Convênio	12	2	14
Termo de Acordo	20	-	20
Termo de Cessão	1	-	1
Tomada de Contas	3	1	4
Tomada de Contas Especial	63	63	126
Total	2.251	1.456	3.707

Fonte: Relatório estatístico da Corregedoria - 4º trimestre/2013.

4.4.3. Decisões Monocráticas

Nos termos do inciso VI do artigo 200 do Regimento Interno do Tribunal de Contas, Resolução nº 12/2008, as deliberações do Tribunal terão a forma de decisão monocrática, quando a lei ou o Regimento Interno autorizar o Relator ou o Presidente a decidir isoladamente a questão.

No trimestre, as decisões monocráticas ocorreram nos seguintes casos:

- **Registro / Averbação de Atos - Aposentadoria, Reforma e Pensão**

Art. 200, VI c/c o art. 258, § 1º, e art. 259 da Resolução nº 12/2008

Total de processos: 16.757

- **Inadmissão de Recursos**

Art. 103 da Lei 102/2008, art. 200, VI, c/c art. 328, parágrafo único, e art. 329 da Resolução nº 12/2008

Total de processos: 14

- **Inadmissão de Consultas**
Art. 200, VI, c/c 211 e 212 da Resolução nº 12/2008
Total de processos: 36
- **Consultas respondidas por teses reiteradamente adotadas**
Art. 200, VI c/c art. 213, § 1º, da Resolução nº 12/2008
Total de processos: 9
- **Prescrição**
Art. 110-A da Lei Complementar nº 102/2008
Total de processos: 2.973

TABELA 20 - Processos Deliberados sob a Forma de Decisão Monocrática

(continua)

Natureza	Quantidade
Aposentadoria	15.238
Assunto Administrativo - Câmaras	1
Assunto Administrativo - Pleno	1
Auditoria	3
Autos Suplementares de Aposentadoria	1
Balancete Mensal	27
Complemento de Proventos de Aposentadoria	1
Consulta	45
Contrato	83
Convênio	79
Denúncia	8
Distrato	1
Embargos Declaratórios	1
Inspeção Extraordinária	1
Inspeção Extraordinária - Licitação	4
Inspeção Ordinária	21
Inspeção Ordinária - Licitação	3
Julgamento da Legalidade dos Atos das Despesas Municipais	13
Licitação	6
Pedido de Reexame	3

TABELA 20 - Processos Deliberados sob a Forma de Decisão Monocrática

(conclusão)	
Natureza	Quantidade
Pedido de Rescisão	1
Pensão	936
Prestação de Contas de Convênio	121
Prestação de Contas de Diária de Viagem	1
Prestação de Contas de Exercício	130
Prestação de Contas de Ordenadores	2
Prestação de Contas de Termo Aditivo a Convênio	2
Prestação de Contas Municipal	2.041
Processo Administrativo	244
Recurso de Reconsideração	1
Recurso de Revisão	2
Recurso Ordinário	7
Reforma	581
Relatório de Inspeção	3
Representação	1
Termo Aditivo a Contrato	89
Termo Aditivo a Contrato de Locação	1
Termo Aditivo a Convênio	45
Termo Aditivo a Termo de Disposição	2
Termo Aditivo a Termo de Outorga	1
Termo de Cessão	4
Termo de Cooperação	5
Termo de Doação	6
Termo de Doação e Recebimento	1
Termo de Permissão	4
Termo de Rescisão de Contrato	4
Termo de Rescisão de Convênio	2
Tomada de Contas	3
Tomada de Contas Especial	9
Total	19.789

Fonte: Relatório estatístico da Corregedoria - 4º trimestre/2013.

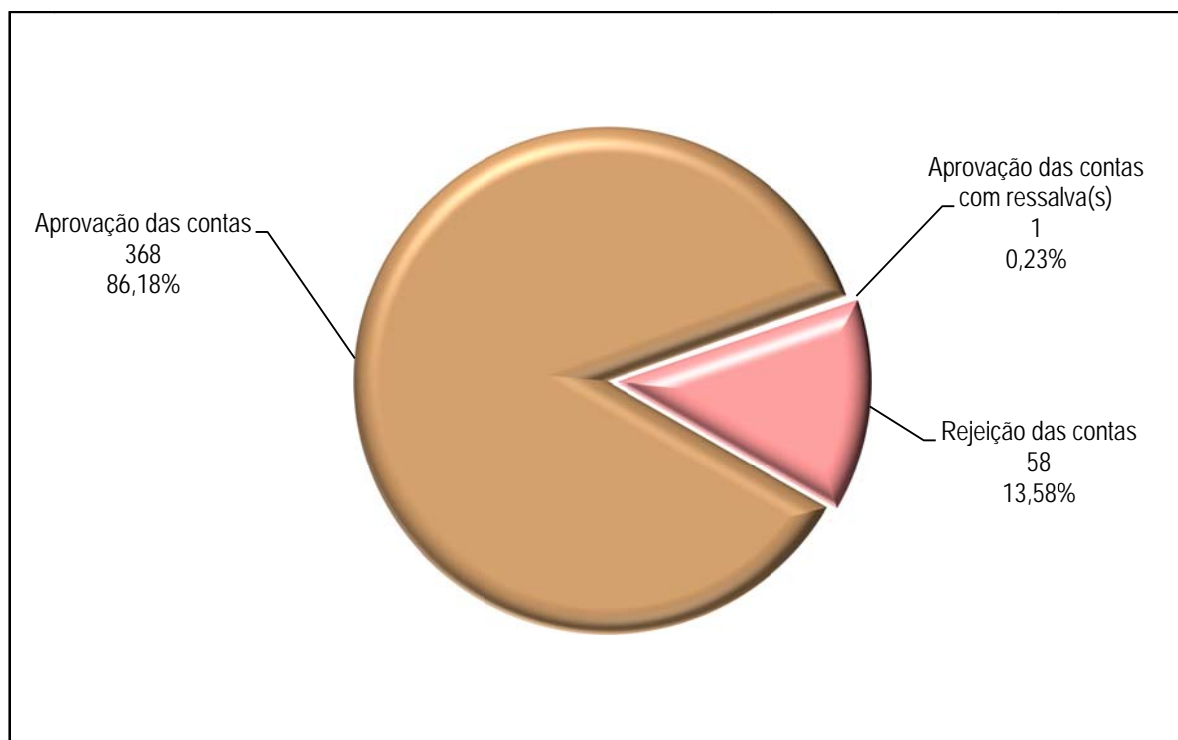
4.4.4. Deliberação em Parecer Prévio

O artigo 42 da Lei Complementar nº 102/2008 dispõe que compete ao Tribunal de Contas apreciar as contas prestadas pelos prefeitos e sobre elas emitir parecer prévio.

A emissão do parecer prévio poderá ser pela aprovação das contas, pela aprovação das contas, com ressalva, e pela rejeição das contas, nos termos do art. 45, I, II e III, da mencionada Lei.

No trimestre foram emitidos 427 (quatrocentos e vinte e sete) pareceres, como registrado no Gráfico 2.

GRÁFICO 2 - Deliberação em Parecer Prévio



Fonte: Relatório estatístico da Corregedoria - 4º trimestre/2013.

4.4.5. Deliberação em Consulta

O Tribunal de Contas emite parecer em consulta acerca de matéria de sua competência que tenha repercussão financeira, contábil, orçamentária, operacional e patrimonial e que não verse sobre caso concreto, nos termos do art. 210 do Regimento Interno - Resolução nº 12/2008.

O parágrafo único do art. 210 do citado regimento dispõe que o parecer emitido em consulta tem caráter normativo e constitui prejulgamento de tese, mas não de caso concreto, mas a orientação dada prevalecerá quando do exame do caso concreto correspondente.

No trimestre, 12 (doze) pareceres em consulta foram submetidos ao Tribunal Pleno para deliberação, cujas indagações estão transcritas a seguir:

TABELA 21 - Consultas

(continua)

Processo	Consulente	Indagação
888.173	Presidente da ALMG, Deputado Dinis Antônio Pinheiro	<ul style="list-style-type: none"> - A concessão de um benefício tributário viola o princípio da isonomia, previsto na Lei de Licitações? - Pode o Poder Público responsável pela licitação desconsiderar, com base na isonomia, benefícios tributários concedidos aos interessados participantes do certame? - Em caso afirmativo, quais benefícios tributários deve o ente licitante considerar aptos ou inaptos a impactar o preço da empresa? Em que momento do procedimento licitatório deve o ente licitante avaliar se as eventuais imunidades, isenções, anistias, moratórias ou qualquer outro benefício tributário devem ou não ser aproveitadas por uma empresa licitante na formação de seu preço?
838.645	Prefeito do Município de Camacho, Geraldo Cardoso Lamounier	<ul style="list-style-type: none"> - É lícito considerar as despesas com o pagamento de encargos sociais dos agentes na expressão remuneração referida na consulta autuada sob o nº 832.420? Em caso positivo, qual seria a rubrica utilizada? - É lícito considerar na expressão pagamento do pessoal contratado as despesas com o pagamento de servidores efetivos dos programas PSF e PAB? - O entendimento da consulta pode ser estendido ao pessoal do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social)? - O entendimento da consulta pode ser aplicado de forma retroativa no presente exercício para fins de demonstração correta do percentual de despesas com pessoal? Caso afirmativo, como proceder para retificação das informações já encaminhadas anteriormente ao TCE?
862.137	Deputado Estadual Sargento Rodrigues	Há restrições para que o servidor público encarregado das funções de pregoeiro acumule as funções de confeccionar o edital licitatório?
862.443	Presidente da Câmara Municipal de Ipatinga, Nardyello Rocha de Oliveira	Pode a Câmara Municipal exigir, no edital, apenas a proposta comercial de pelo menos 3 (três) empresas, abrir as propostas e exigir a documentação prevista nos arts. 28 a 31 somente da empresa vencedora?

TABELA 21 - Consultas

(continua)

Processo	Consulente	Indagação
887.867	Controladora Interna e de Transparência Pública da Prefeitura Municipal de Unai, Eliane do Carmo de Matos Cruz	Há impedimento para que entidades beneficiadas com subvenções sociais oriundas do orçamento municipal utilizem os recursos recebidos para o pagamento de despesas relativas à rescisão de contrato, bem como aos encargos sociais e trabalhistas dos empregados da entidade que desempenham somente atividades finalísticas?
896.488 e 898.307	Presidente da Câmara Municipal de Uberaba, Elmar Humberto Goulart, e Prefeito do Município de Uberaba, Paulo Biau Nogueira, respectivamente	<ul style="list-style-type: none"> - Há legalidade e possibilidade de o Legislativo Municipal requerer a diferença de duodécimos não repassados no exercício anterior, em total desrespeito à Lei Orçamentária Anual e sem qualquer permissão legal? - Em caso afirmativo, como a municipalidade deve contabilizar tal despesa evitando que a mesma se confunda com o repasse do exercício atual?
896.576	Presidente do TJMG, Desembargador Joaquim Herculano Rodrigues	<ul style="list-style-type: none"> - Considerando o instituto jurídico das entidades formadas pela associação de órgãos públicos, tais como Tribunais, Câmaras Municipais, Assembleias Estaduais etc., para defesa de seus interesses institucionais, é legal a transferência de recursos, a título de custeio de despesas, desses órgãos públicos em favor das entidades que integram? - Se afirmativo, qual seria o instrumento jurídico adequado para formalizar essas transferências?
896.574	Prefeita do Município de Piraúba, Maria Aparecida Roberto Ferreira	O servidor público municipal, filiado ao regime geral da previdência social em decorrência da ausência de RPPS no âmbito da unidade federativa, que venha a se aposentar por idade ou tempo de contribuição, deve ser obrigatoriamente exonerado, ou poderá ser facultada a sua permanência no exercício do cargo ou função até atingimento da idade para aposentadoria compulsória?
896.622	Prefeito do Município de Conselheiro Lafaiete, Ivar de Almeida Cerqueira Neto	Pode o Poder Público Municipal editar Lei Municipal reduzindo a carga horária/jornada de trabalho de determinado cargo público com/sem conseqüente redução proporcional de vencimentos?
896.590	Vereadores da Câmara Municipal de Jeceaba	Pode a Câmara Municipal custear cursos de capacitação, envolvendo o exercício da atividade parlamentar, para os Vereadores?

TABELA 21 - Consultas

(conclusão)

Processo	Consulente	Indagação
885.865	Responsável pelo Controle Interno da Câmara Municipal de Além Paraíba, Ângela Almeida Filgueiras	<ul style="list-style-type: none"> - Quais termos e requisitos necessários para que Câmaras de Vereadores e Prefeituras Municipais adotem ata de registro de preço formulada por outros órgãos governamentais? - Podem os Poderes Legislativo e Executivo se associarem para realizar processo licitatório único para a contratação de empresa prestadora de serviços de telefonia móvel?

Fonte: SGAP.

4.5. Resoluções, Instruções e Decisões Normativas

No quarto trimestre de 2013, foram aprovadas 09 (nove) resoluções, 02 (duas) instruções normativas e 03 (três) decisões normativas, como destacado nas Tabelas 22, 23 e 24.

TABELA 22 - Resoluções

(continua)

Número	Assunto
R - 15/13	Revoga o parágrafo único do art. 78 da Resolução nº 12, de 17/12/2008 - Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.
R - 16/13	Dispõe sobre a instituição do Sistema Informatizado de Acompanhamento de Obras e Serviços de Engenharia - Geo-Obras/TCEMG e dá outras providências.
R - 17/13	Dispõe sobre o recadastramento anual dos aposentados e pensionistas que integram a folha de pagamento de pessoal do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.
R - 18/13	Altera o APÊNDICE N do Manual de Auditoria do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, aprovado pela Resolução nº 02, de 27/02/2013.
R - 19/13	Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Resolução nº 05, de 20/03/2013, que "Dispõe sobre a estrutura organizacional e as competências das unidades dos Serviços Auxiliares e da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais", e dá outras providências.
R - 20/13	Dispõe sobre a competência dos Auditores do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais para atuarem como relatores de processos.
R - 21/13	Altera os arts. 73, 76 e 80 da Resolução nº 12, de 17/12/2008, que institui o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

TABELA 22 - Resoluções

(conclusão)

Número	Assunto
R - 22/13	Dispõe sobre a indenização de férias não gozadas por Conselheiro e Auditor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.
R - 23/13	Altera o § 2º e acrescenta o § 4º ao art. 197 e altera o § 1º do art. 264 da Resolução nº 12, de 17/12/2008, que institui o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Fonte: Biblioteca do TCEMG

TABELA 23 - Instruções Normativas

Número	Assunto
IN - 06/13	Dispõe sobre a remessa ao Tribunal de Contas, por meio do Sistema Informatizado de Acompanhamento de Obras e Serviços de Engenharia - Geo-Obras/TCEMG, de informações, documentos e imagens relativos a licitação, a contrato e a execução de obras e serviços de engenharia realizados por órgãos e entidades submetidos à jurisdição do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.
IN - 07/13	Acrescenta o § 3º e modifica o inciso I do § 2º do art. 1º da Instrução Normativa nº 05, de 08/06/2011, que dispõe sobre a padronização dos códigos de receita, despesa, fonte e destinação de recursos para fins de prestação de contas, controle e acompanhamento da execução orçamentária e financeira municipal, com a redação conferida pela Instrução Normativa nº 15, de 14/12/2011.

Fonte: Biblioteca do TCEMG.

TABELA 24 - Decisões Normativas

Número	Assunto
DN - 08/13	Altera o caput do art. 3º da Decisão Normativa nº 04/2013.
DN - 09/13	Define as unidades jurisdicionadas da administração pública direta e indireta estadual cujos responsáveis deverão apresentar contas anuais relativas ao exercício de 2013, para fins de julgamento, bem como os documentos e informações que comporão a prestação de contas.
DN - 10/13	Define as unidades jurisdicionadas municipais cujos responsáveis deverão apresentar contas anuais relativas ao exercício de 2013, para fins de julgamento, bem como os documentos e informações que comporão as contas anuais.

Fonte: Biblioteca do TCEMG.

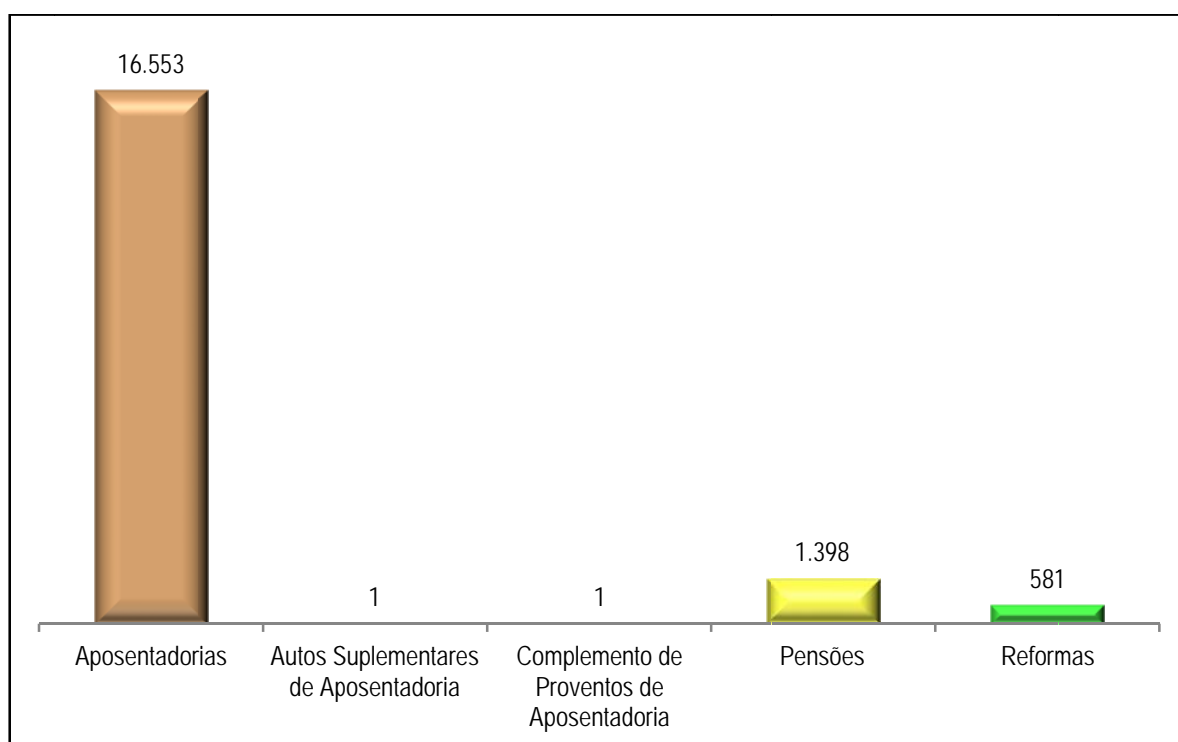
4.6. Registro de Atos

O Tribunal de Contas apreciará, para fins de registro, mediante procedimentos de fiscalização ou processo específico, conforme ato normativo próprio, a legalidade dos atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, nos termos do art. 256 do RITCEMG.

No trimestre, foram realizados 18.534 (dezoito mil, quinhentos e trinta e quatro) registros, sendo 1.073 (um mil e setenta e três) pela Primeira Câmara, 704 (setecentos e quatro) pela Segunda Câmara e 16.767 (dezesseis mil, setecentos e sessenta e sete) por decisão monocrática.

Foram registrados 16.553 (dezesseis mil, quinhentos e cinquenta e três) Aposentadorias, 01 (um) Autos Suplementares de Aposentadoria, 01 (um) Complemento de Proventos de Aposentadoria, 1.398 (um mil, trezentas e noventa e oito) Pensões e 581 (quinhentas e oitenta e uma) Reformas, como demonstrado no Gráfico 3.

GRÁFICO 3 - Registro de Atos



Fonte: Relatório estatístico da Corregedoria - 4º trimestre/2013.

4.7. Exame Prévio de Instrumento Convocatório

O Regimento Interno do Tribunal de Contas, em seu art. 262, dispõe que os instrumentos convocatórios referentes aos procedimentos licitatórios instaurados pelos órgãos ou entidades estaduais e municipais sujeitam-se a exame prévio pelo Tribunal.

De acordo com o art. 264 do citado regimento, a licitação poderá ser liminarmente suspensa se constatadas irregularidades graves que possam causar lesão ao erário, fraude ou risco de ineficácia da decisão de mérito.

Em caso de decisão monocrática, o Conselheiro Relator deverá submeter sua decisão à ratificação do Colegiado competente na sessão subsequente, sob pena de perda de eficácia, nos termos do disposto no § 1º do art. 264 do RITCEMG.

No trimestre, foram suspensos 11 (onze) Editais de Licitação, sendo que 03 (três) foram suspensos pela Primeira Câmara e 08 (oito) pela Segunda Câmara.

Suspenso o certame, após a análise conclusiva dos itens impugnados na peça inicial, o TCEMG determina a adequação do edital aos ditames legais. Verificado o correto ajustamento e as condições de o feito prosseguir, os autos são novamente submetidos ao Colegiado competente para revogação da suspensão anteriormente determinada.

No que tange aos Editais de Concurso Público, ao proceder à análise, o Tribunal poderá suspender o certame, mediante medida cautelar, ou determinar que a entidade realizadora promova as correções necessárias, caso configurado o pressuposto de restrição à competitividade intrínseca à participação em concursos públicos, como também se constatada ilegalidade.

Foi suspenso, no trimestre, 01 (um) Edital de Concurso Público pela Segunda Câmara.

4.8. Sanções

O Tribunal de Contas, ao constatar irregularidade ou descumprimento de obrigação por ele determinada em processo de sua competência, poderá, observado o devido processo legal, aplicar, isolada ou cumulativamente, as sanções de multa, inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança e declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o poder público, nos termos do art. 315 da Resolução nº 12/2008, Regimento Interno do TCEMG.

A multa será aplicada de forma individual, a cada agente que tiver concorrido para o fato, sendo o seu pagamento de responsabilidade pessoal dos infratores.

Conforme dispõe o art. 316 do Regimento Interno, verificada a existência de dano ao erário, o Tribunal determinará o seu ressarcimento aos cofres públicos pelo responsável ou sucessor, observado o disposto no inciso VIII do art. 2º do citado Regimento.

A seguir, estão registradas as multas aplicadas e os ressarcimentos determinados no trimestre:

TABELA 25 - Valor das Multas Aplicadas por Irregularidade

(continua)

Irregularidade	Primeira Câmara	Segunda Câmara	Total
Aplicação insuficiente dos recursos do FUNDEB no ensino	R\$ 2.500,00	-	R\$ 2.500,00
Atos de Admissão praticados sem a observância de requisitos legais	R\$ 16.000,00	R\$ 7.000,00	R\$ 23.000,00
Ausência de conta corrente específica para o recebimento dos recursos destinados à educação/saúde	R\$ 26.500,00	-	R\$ 26.500,00
Contrato irregularmente executado	R\$ 23.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 27.000,00
Descumprimento de decisão do Tribunal	R\$ 15.000,00	-	R\$ 15.000,00
Descumprimento de determinação do Tribunal	R\$ 42.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 52.000,00
Descumprimento de prazo limite para o envio do Relatório da Gestão Fiscal	R\$ 32.000,00	-	R\$ 32.000,00
Descumprimento de prazo limite para o envio do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	R\$ 12.000,00	-	R\$ 12.000,00
Descumprimento dos percentuais de aplicação dos recursos do FUNDEF na remuneração do magistério	R\$ 7.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 12.000,00

TABELA 25 - Valor das Multas Aplicadas por Irregularidade

(conclusão)

Irregularidade	Primeira Câmara	Segunda Câmara	Total
Despesas computadas indevidamente nos gastos com o ensino/saúde	R\$ 2.000,00	-	R\$ 2.000,00
Dispensa/Inexigibilidade com irregularidade(s)	R\$ 67.700,00	R\$ 46.100,00	R\$ 113.800,00
Existência de Restos a Pagar sem disponibilidade financeira	R\$ 2.000,00	-	R\$ 2.000,00
Falha no Controle Interno	R\$ 23.100,00	R\$ 4.000,00	R\$ 27.100,00
Falhas na Gestão do Órgão	R\$ 4.500,00	-	R\$ 4.500,00
Falta de organização dos documentos comprobatórios das despesas realizadas com Ensino e Saúde	R\$ 1.400,00	-	R\$ 1.400,00
Falta de procedimento licitatório	R\$ 70.000,00	R\$ 91.590,00	R\$ 161.590,00
Falta de repasse dos recursos destinados ao ensino e à saúde para os órgãos responsáveis	R\$ 32.500,00	-	R\$ 32.500,00
Irregularidades apuradas em Restos a Pagar	R\$ 3.000,00	-	R\$ 3.000,00
Irregularidades com recursos do FUNDEF/FUNDEB	R\$ 10.000,00	-	R\$ 10.000,00
Irregularidades nas Contas do Executivo Municipal	R\$ 8.000,00	-	R\$ 8.000,00
Procedimento licitatório com irregularidade(s)	R\$ 88.660,00	R\$ 108.390,00	R\$ 197.050,00
Outras irregularidades	R\$ 85.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 87.000,00
Total	R\$ 573.860,00	R\$ 278.080,00	R\$ 851.940,00

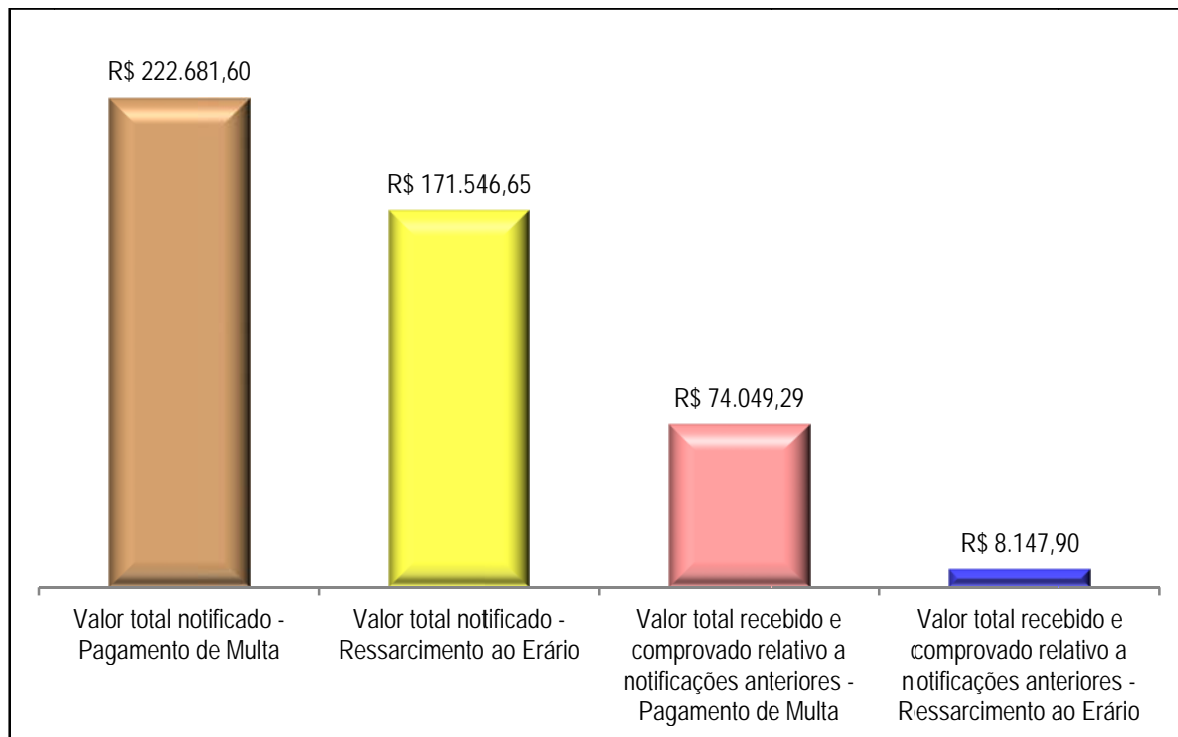
Fonte: Relatório estatístico da Corregedoria - 4º trimestre/2013.

TABELA 26 - Valor dos Ressarcimentos Determinados por Irregularidade

Irregularidade	Primeira Câmara	Segunda Câmara	Total
Convênio/Contrato irregularmente executado	R\$ 40.000,00	-	R\$ 40.000,00
Despesas com publicidade sem apresentação da matéria veiculada	R\$ 74.629,55	-	R\$ 74.629,55
Realização de despesas sem a observância de procedimentos legais	-	R\$ 378.801,30	R\$ 378.801,30
Recebimento indevido de remuneração	R\$ 10.419,67	-	R\$ 10.419,67
Outras irregularidades	R\$ 126,10	-	R\$ 126,10
Total	R\$ 125.175,32	R\$ 378.801,30	R\$ 503.976,62

Fonte: Relatório estatístico da Corregedoria - 4º trimestre/2013.

GRÁFICO 4 - Valores Notificados e Pagos - Multa e Ressarcimento ao Erário



Fonte: Relatório estatístico da Corregedoria - 4º trimestre/2013.

No trimestre, a Coordenadoria de Débito e Multa encaminhou 131 (cento e trinta e uma) certidões de débito ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, para as providências cabíveis à execução forçada pela Advocacia Geral do Estado ou Procuradorias Municipais, como discriminado abaixo:

TABELA 27 - Multa

Certidões	Valor Total
42	R\$ 311.476,93

Fonte: Relatório estatístico da Corregedoria - 4º trimestre/2013.

TABELA 28 - Ressarcimento ao Erário

Certidões	Valor Total
89	R\$ 1.204.179,51

Fonte: Relatório estatístico da Corregedoria - 4º trimestre/2013.

4.9. Recursos Deliberados

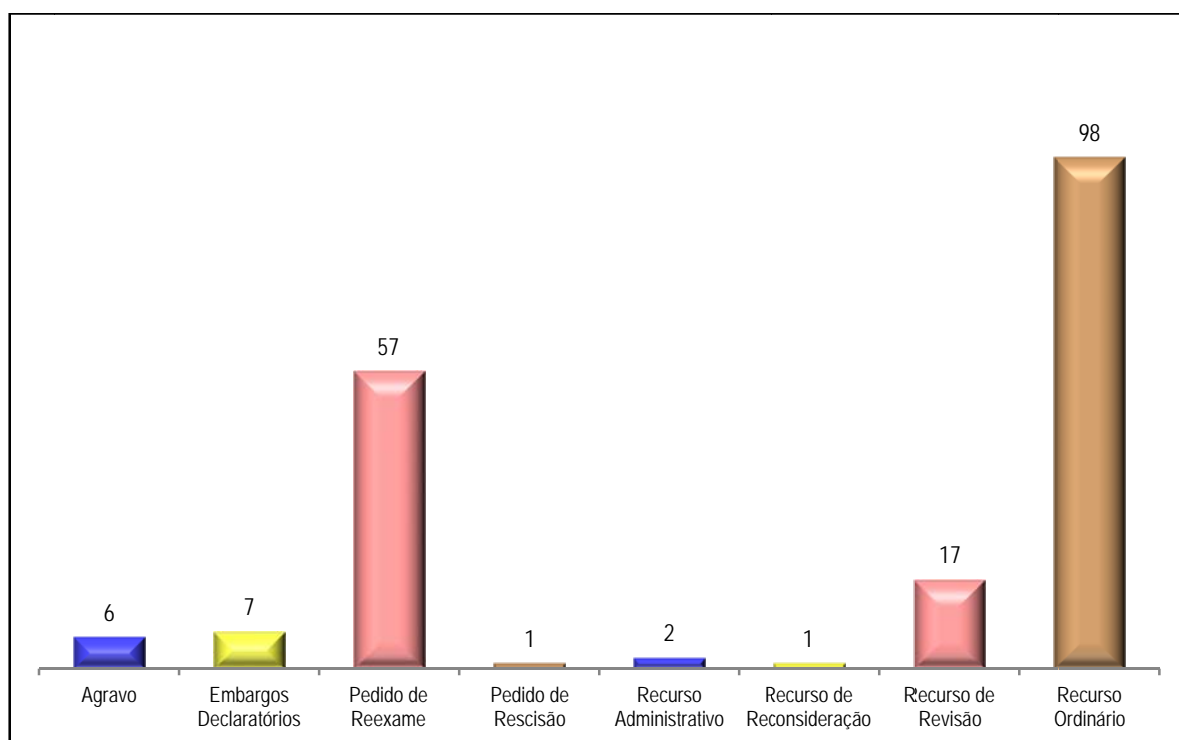
Nos termos do art. 324 da Resolução nº 12/2008, das decisões do Tribunal caberão os seguintes recursos:

- recurso ordinário;
- agravo;
- embargos de declaração;
- pedido de reexame.

Poderão interpor recurso os responsáveis pelos atos impugnados; os interessados, desde que alcançados pela decisão ou que demonstrem razão legítima para intervir no processo; o Ministério Público junto ao Tribunal.

No quarto trimestre, foram deliberados 189 (cento e oitenta e nove) recursos, como registrado no Gráfico 5:

GRÁFICO 5 - Recursos Deliberados

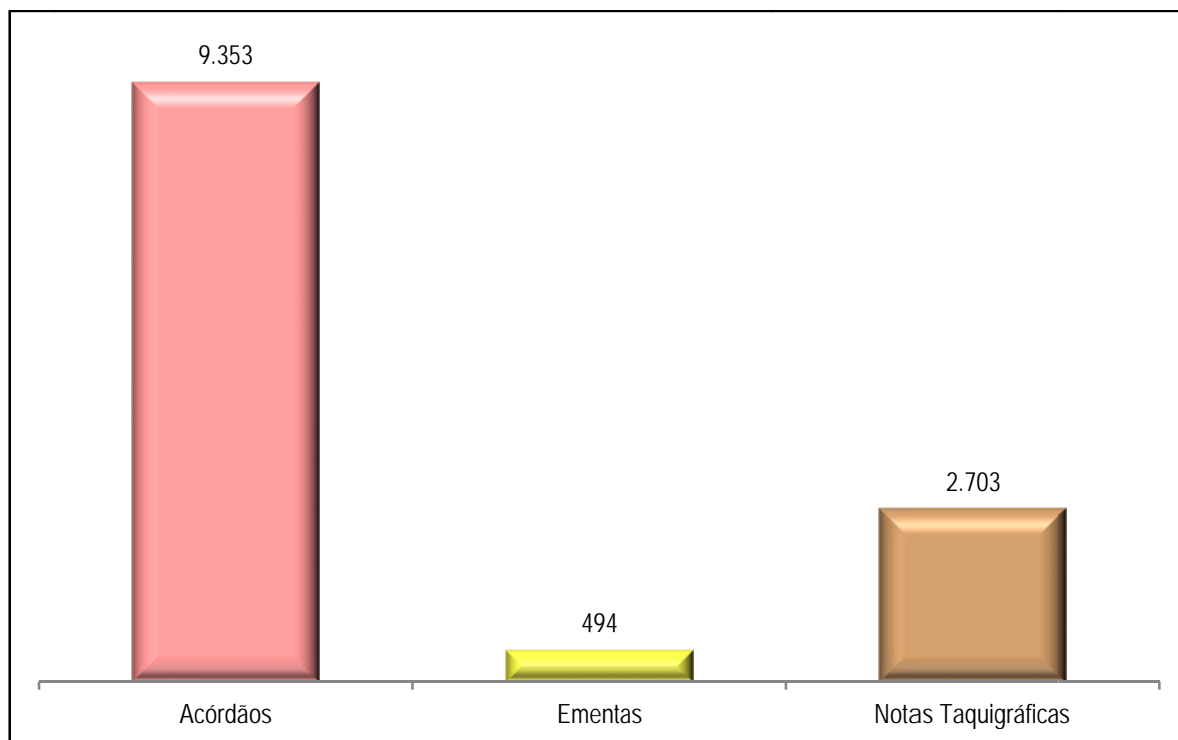


Fonte: Relatório estatístico da Corregedoria - 4º trimestre/2013.

4.10. Notas Taquigráficas Emitidas, Ementas e Acórdãos Publicados

Foram emitidas no trimestre 2.703 (duas mil, setecentas e três) notas taquigráficas, publicados 9.353 (nove mil, trezentos e cinquenta e três) acórdãos e 494 (quatrocentas e noventa e quatro) ementas, sendo que 32 (trinta e duas) referem-se a parecer em consulta e 462 (quatrocentas e sessenta e duas) a parecer prévio.

GRÁFICO 6 - Notas Taquigráficas Emitidas, Ementas e Acórdãos Publicados



Fonte: Relatório estatístico da Corregedoria - 4º trimestre/2013.

4.11. Certidões

No trimestre, foram emitidas 4.472 (quatro mil, quatrocentas e setenta e duas) certidões, como especificado na Tabela 29.

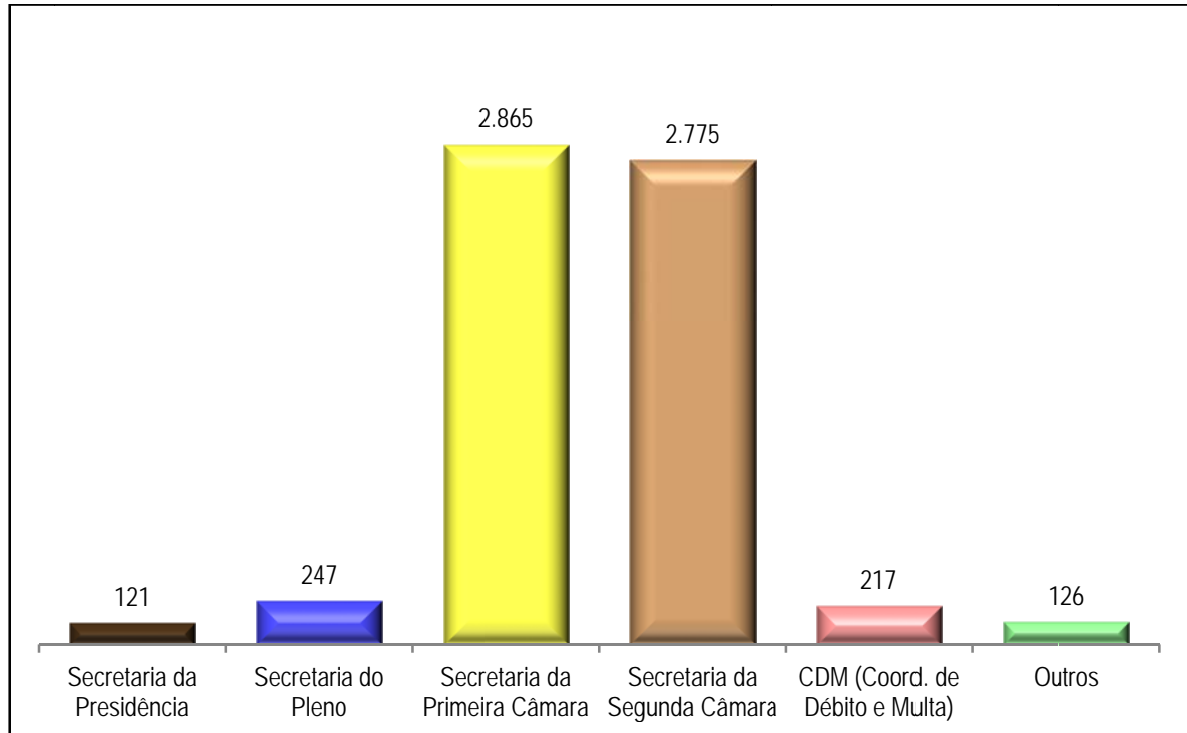
TABELA 29 - Certidões Emitidas

Forma/Finalidade	Sec. Pleno	Sec. Primeira Câmara	Sec. Segunda Câmara	DCEM	DCEE	Total
Inteiro teor	-	-	11	-	-	11
Para instrução de recurso	227	-	-	-	-	227
Atendimento aos Jurisdicionados						
- Saúde/Ensino	-	-	-	116	-	235
- Pessoal	-	-	-	20	-	
- Fundeb	-	-	-	8	-	
- Limites LRF/Gestão Fiscal	-	-	-	91	-	
Via internet	-	-	3.657	8	-	3.665
Contratação de operações de créditos e celebração de convênios pelos Municípios	-	-	-	181	-	181
Contratação de operações de crédito da Dívida Interna e Externa	-	-	-	-	1	1
Outras certidões	150	-	-	2	-	152
Total	377	-	3.668	426	1	4.472

Fonte: Relatório estatístico da Corregedoria - 4º trimestre/2013.

4.12. Citações, Intimações e Demais Comunicações Realizadas

GRÁFICO 7 - Citações, Intimações e Demais Comunicações Realizadas



Fonte: Relatório estatístico da Corregedoria - 4º trimestre/2013.

5. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

5.1. Escola de Contas e Capacitação “Professor Pedro Aleixo”

A Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, instituída pela Resolução nº 05/94, tem por missão promover, por meio de ações de capacitação, o desenvolvimento profissional dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e a difusão do conhecimento aos jurisdicionados, contribuindo para a efetividade do controle externo da gestão dos recursos públicos.

A sua principal atividade de capacitação é o Curso de Pós-Graduação *lato sensu*, que tem como principal objetivo assegurar a formação multidisciplinar aos técnicos e oficiais do TCEMG, proporcionando conhecimentos e habilidades específicos ao aperfeiçoamento do controle externo, além de conscientizar os servidores sobre a importância de uma atuação transparente e responsável.

No quarto trimestre, a Escola de Contas capacitou 806 (oitocentos e seis) servidores em cursos internos, 201 (duzentos e um) em cursos externos, 907 (novecentos e sete) participantes externos e 1.022 (um mil e vinte e dois) jurisdicionados, totalizando 2.936 (dois mil, novecentos e trinta e seis) participantes.

Entre os eventos que ocorreram no trimestre, destacam-se:

- **Seminário: “Os Tribunais e a Justiça Eleitoral: Aplicação da Lei Complementar 135” - Lei da Ficha Limpa**

O evento tratou da atuação dos Tribunais de Contas na aplicação da Lei Complementar nº 135 e contou com uma aula magna proferida pela Ministra do Supremo Tribunal Federal e Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Cármen Lúcia Antunes Rocha.

Mesmo depois de a “Lei Ficha Limpa” ter entrado em vigor ainda existem dúvidas acerca de como essa lei deve ser aplicada no que se refere à atuação dos Tribunais de Contas.

Para a Ministra, o seminário faz com que o Tribunal de Contas, o Tribunal Regional Eleitoral e o Tribunal Superior Eleitoral cheguem a um consenso sobre o que é a Lei Complementar nº 135, como interpretá-la e como aplicá-la para cumprir a finalidade que é o objetivo do cidadão brasileiro:

“ter eleições coerentes como os princípios de ética que se quer, que se deseja, espera e que ele exige”.

Dois painéis de debates abordaram os temas “As competências dos Tribunais de Contas do Estado de Minas Gerais em face da Lei Complementar nº 135/2010” e a “Inelegibilidade e a Improbidade Administrativa sob o olhar do Tribunal Regional Eleitoral”.

- **Ponto de Expressão**

Esse Programa consiste na realização periódica de mesas redondas para a discussão de temas atuais do Direito Público. Neste trimestre foram realizados dois encontros e discutidos os temas “Fator Previdenciário” e “Guerra Fiscal”. O objetivo foi ouvir argumentos de especialistas sobre questões previdenciárias e a concessão abusiva de benefícios fiscais feita por estados e municípios, a fim de atraírem investimentos de empresas privadas.

- **Projeto Rede Ouvir**

Os objetivos do Projeto Rede Ouvir são a expansão do instituto de ouvidoria nos diversos municípios do Estado, a capacitação dos agentes envolvidos e a criação de uma base tecnológica que conectará as unidades municipais e estaduais.

No trimestre, as reuniões foram realizadas nos municípios de Montes Claros, São João Del Rei, Pouso Alegre, Uberlândia e Ipatinga. As Ouvidorias integrantes da Rede conseguiram estabelecer interligações e desenvolver um bom trabalho, sem perder suas características individuais e o Tribunal de Contas deu uma aula de cidadania, sem deixar de exercer o Controle e a Transparência, ensinando o cidadão a ser consciente e participativo na sua região.

5.2. Cursos e Eventos

Cursos e eventos internos e externos que ocorreram no período:

TABELA 30 - Cursos e Eventos Internos - Ações de Capacitação

Cursos/Eventos	Participantes
Questões Controvertidas em Matéria Previdenciária	136 participantes
Curso "Auditoria Governamental"	10 participantes
Curso de Excel Básico 2007/2010	23 participantes
Processo Legislativo e Técnica Legislativa	22 participantes
Projeto Conhecer	40 participantes
Auditoria Governamental - EAD	10 servidores
Programa Ponto de Expressão	346 participantes
Palestra "A arte de ser leve"	300 servidores
Seminário de Auditoria	56 servidores
Curso de Técnica Legislativa	48 servidores
Seminário "Os Tribunais e a Justiça Eleitoral - Aplicação da Lei Complementar 135 - Lei de Ficha Limpa"	225 participantes
O Papel do Controle no Programa de Saneamento e Resíduos Sólidos	55 servidores
Fotografia Digital	18 servidores
Mesa Redonda	38 participantes
Excel Básico e Intermediário	12 servidores
Excel Avançado	20 servidores
Simpósio "Transporte Coletivo de Passageiros"	64 servidores
Gestão de Projetos	28 servidores
Prezi	14 servidores
Introdução ao SGAP	84 servidores
Noções de Estatística	21 servidores
Redação Jornalística	12 servidores
BI - Business Intelligence	36 servidores

Fonte: Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo.

TABELA 31 - Cursos e Eventos Externos - Ações de Capacitação

Cursos/Eventos	Participantes
Projeto Rede Ouvir - Realizado em Montes Claros, São João Del Rei, Pouso Alegre, Uberlândia e Ipatinga.	572 participantes
XXVII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo - As Novas Fronteiras do Direito Administrativo e suas Categorias Fundamentais	21 servidores
Semana Nacional de Estudos Avançados Sobre Pregão Week 2013	2 servidores
II Congresso Internacional de Direito do Estado	4 servidores
IX Congresso Brasileiro de Direito Previdenciário	11 servidores
VII Fórum Brasileiro de Controle Interno e Auditoria e Administração Pública	4 servidores
Seminário EMGEP - Encontro Mineiro de Gestão de Pessoas	1 servidor
Estratégias Ilegais de Licitações e a Nova Lei Anticorrupção - Lei nº 12.846	2 servidores
V Congresso de Direito Constitucional - Os 25 Anos da Constituição Brasileira	100 servidores
III Congresso de Informação de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público	33 servidores
Seminário Contratos Administrativos - Rescisão de Contrato e Aplicação de Penalidades	2 servidores
I Congresso IDHHA de Contratações Públicas Sustentáveis	1 servidor
I Congresso Internacional de Combate à Pobreza	1 servidor
II Fórum Nacional de Licitações e Contratos - Reflexões sobre os 20 anos da Lei 8.666/93	4 servidores
V Simpósio Nacional sobre Questões Polêmicas da Legislação de Pessoal Ativo e Inativo da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, incluindo a Previdência Complementar	1 servidor
Depreciação Patrimonial da Administração Pública	2 servidores
Congresso Brasileiro das Empresas Estatais - Governança, Controle e Competitividade	3 servidores
Curso de Engenharia Econômica II - Fundação de Pesquisa e Assessoramento da Indústria	3 servidores
IV Núcleo Nacional JML e Discussão sobre Questões Polêmicas - Licitações e Contratos	2 servidores
Curso Completo de Licitações e Contratos	1 servidor
Gerenciamento de Projetos	1 servidor
Cerimonial na Justiça Eleitoral	2 servidores
Gestão da Mudança e Implementação de Processos e Gestão do dia a dia e melhoria contínua	1 servidor
Fórum Mineiro de Vereadores: Capacitação e Atualização dos Legislativos Municipais	450 participantes
Seminário Nacional "Os contratos de terceirização de serviços na Administração Pública - Como Fiscalizar e Prevenir a Responsabilidade Trabalhista"	1 servidor
Curso "Redes com TCP/IP"	2 servidores

Fonte: Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo.

6. DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

Todo cidadão tem direito ao acesso à informação produzida, guardada e gerenciada pelos órgãos públicos. Esse direito é assegurado pela Constituição da República e, agora, seu exercício foi regulamentado pela Lei Federal nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação - LAI.

A informação, ao ser disponibilizada, permite ao cidadão fiscalizar de forma permanente a aplicação dos recursos públicos.

Nessa esteira e atento ao princípio da publicidade dos atos da Administração Pública, previsto no art. 37 da Constituição da República, e ao cumprimento dos objetivos estratégicos “Ser conhecido e reconhecido pela sociedade e instituições em geral” e “Estimular o Controle Social”, o Tribunal de Contas fornece aos cidadãos informações relativas às suas atividades, utilizando, para isso, diferentes canais de comunicação.

6.1. Portal do TCEMG na Internet

TABELA 32 - Portal - Publicação

Tipo	Quantidade
Páginas publicadas	113
Notícias publicadas	101
Atualizações de páginas	664
<i>Push</i> enviados	42.415

Fonte: Relatório estatístico da Corregedoria - 4º trimestre/2013.

TABELA 33 - Portal - Acesso

Tipo	Quantidade
Páginas visualizadas	482.849
Visitas por acesso	254.683
Visitantes de endereço (IP) único	59.188
Página mais visitada: Pesquisa de Processos	29.199
Seção mais visitada: Normas e Jurisprudência/Instrução Normativa/Consultas Respondidas	13.792
<i>Downloads</i> de programas do TCEMG	29.422

Fonte: Relatório estatístico da Corregedoria - 4º trimestre/2013.

TABELA 34 - Portal - Cadastro

Tipo	Quantidade
Interessados cadastrados na <i>newsletter</i>	140
Interessados cadastrados no Informativo de Jurisprudência	142
Interessados cadastrados no sistema <i>Push</i>	54
Mensagens respondidas pelo Fale Conosco (da Ascom)	103

Fonte: Relatório estatístico da Corregedoria - 4º trimestre/2013.

6.2. Sistemas Disponibilizados

TABELA 35 - Sistemas Disponibilizados aos Jurisdicionados

(continua)

Sistema	Significado
Fale com o TCE	Canal de Comunicação com o Cidadão/Jurisdicionado
CRJ	Central de Relacionamento com o Jurisdicionado
FISCAD	Fiscalização de Atos de Admissão
FISCAP	Sistema de Fiscalização de Atos de Pessoal
FISCOPA	Sistema de Fiscalização e Controle dos Gastos Públicos na Organização da Copa do Mundo de 2014
Geo-Obras	Sistema de Informações Geográficas para gerenciar as informações das obras executadas por órgãos das esferas estadual e municipal
LEGISCAM	Remessa de Atos de Fixação dos Subsídios do Legislativo Municipal
Legislação Municipal - IN 05/2000	Legislação Municipal - Art. 3º da Instrução Normativa 05/2000
SECMULTAS	Banco de dados unificado da Coordenadoria de Débito e Multa, responsável pelo gerenciamento, no âmbito administrativo, dos débitos imputados e das multas aplicadas pelo Tribunal
SIG	Sistema de Gestão de Identidade
SIACE PCA X SIACE LRF	Relatório Comparativo do SIACE/PCA X SIACE/LRF que demonstra o paralelo entre os dados enviados, pelas Prefeituras Municipais, nas prestações de contas anuais e nos relatórios pertinentes à Lei de Responsabilidade Fiscal, por meio dos sistemas SIACE/PCA e SIACE/LRF
SIACE/LRF	Sistema informatizado de Apoio ao Controle Externo/Lei de Responsabilidade Fiscal
SIACE/PCA Lei 6.404/76	Sistema Informatizado de Apoio ao Controle Externo/Prestação de Contas Anual

TABELA 35 - Sistemas Disponibilizados aos Jurisdicionados

(conclusão)

Sistema	Significado
SICAM	Sistema Informatizado de Contas para Câmaras Municipais
SICOM	Sistema Informatizado de Contas Municipais
SICOP	Sistema de Controle de Licitações, Contratos, Convênios, Adiantamentos e Prestações de Contas
SIDE	Demonstrativos do Ensino

Fonte: Relatório estatístico da Corregedoria - 4º trimestre/2013.

TABELA 36 - Sistemas Disponíveis sob a Forma de Serviços

(continua)

Sistema	Significado
Biblioteca/Acervo	Biblioteca Conselheiro Aloysio Alves da Costa - Biblioteca institucional que tem como objetivo prioritário apoiar os diversos setores do Tribunal de Contas no cumprimento de seus fins, constitucionalmente estabelecidos
CNJ	Certidão de Contas - Permite a emissão e a verificação de autenticidade de certidões. É válida somente para pessoas físicas que possuam CPF
Consulta	Consultas respondidas pelo TCEMG
Consulta a Documentos Processuais	Possibilita a consulta a documentos processuais no Portal do TCEMG
Conferência de Assinatura	Verificar a autenticidade da assinatura de documentos assinados eletronicamente
Recadastramento de Aposentados e Pensionistas	Sistema de recadastramento de aposentados e pensionistas que integram a folha de pagamento de pessoal do TCEMG, que tem por objetivo manter a base de dados cadastral atualizada
Escola de Contas	Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, responsável por promover, por meio de ações de capacitação, o desenvolvimento profissional dos servidores do TCEMG e a difusão de conhecimento aos jurisdicionados
Fale com o TCE	Serviço de Informação ao Cidadão
MapJuris	Mapeamento e Sistematização da Jurisprudência do TCEMG
minasdeolhonacopa	Site que permite ao cidadão acompanhar e auxiliar o TCEMG - um dos órgãos responsáveis pela fiscalização dos recursos referentes à organização e à realização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo de 2014, em Minas Gerais - em seu compromisso constitucional no exercício do controle externo
Ouidoria	Espaço de interlocução entre o Tribunal de Contas e o cidadão para receber sugestões, críticas, reclamações, elogios ou pedidos de esclarecimentos a respeito dos serviços prestados pela Instituição
Portal do Servidor	Portal que disponibiliza ao servidor informações cadastrais, funcionais e de pagamento

TABELA 36 - Sistemas Disponíveis sob a Forma de Serviços

(conclusão)

Sistema	Significado
PUSH	Envio de Informação Processual
SEC	Sistema de Emissão de Certidão
SICOM	Sistema Informatizado de Contas Municipais
SIGMAT	Cadastro de Fornecedores e Coleta de Preços
TCJuris	Ferramenta de pesquisa livre de julgados
TCLegis	Sistema Integrado de Pesquisa

Fonte: Relatório estatístico da Corregedoria - 4º trimestre/2013.

6.3. Intranet

TABELA 37 - Intranet - Publicação

Tipo	Quantidade
Páginas publicadas	212
Notícias publicadas	198
Atualizações de páginas	1.356

Fonte: Relatório estatístico da Corregedoria - 4º trimestre/2013.

TABELA 38 - Intranet - Acesso

Tipo	Quantidade
Páginas visualizadas	581.726
Visitas por acesso	360.841
Visitantes de endereço (IP) único	3.964
Página mais visitada: Biblioteca/Lista Telefônica/Helpdesk	19.783
Seção mais visitada: Lista Telefônica/Helpdesk	7.355

Fonte: Relatório estatístico da Corregedoria - 4º trimestre/2013.

TABELA 39 - Intranet - Cadastro

Tipo	Quantidade
Interessados cadastrados na <i>newsletter</i>	6
Mensagens respondidas pelo Fale Conosco	2

Fonte: Relatório estatístico da Corregedoria - 4º trimestre/2013.

6.4. Twitter

No final do trimestre, o Tribunal possuía 760 (setecentos e sessenta) seguidores em sua página no Twitter.

As notícias de maior repercussão no período foram:

- Gilberto Diniz é aprovado pela ALMG para cargo de Conselheiro;
- taxa de inscrição em concurso público: aspectos relevantes - Consulta nº 850.498;
- especificidades dos fundos municipais de saúde: unidades orçamentárias e gestoras de recursos - Consulta nº 833.221;
- Ministra Carmem Lúcia pede fim da corrupção em palestra sobre a Lei a Ficha Limpa;
- Auditoria Operacional recomenda alterações no Programa de Saúde da Família;
- assessores aprovam criação da Rede Comunicação dos TCs;
- TCs defendem a participação do cidadão na fiscalização dos recursos públicos;
- conheça a cartilha Rede Ouvir-MG.

6.5. Facebook

No final do trimestre, o Tribunal possuía 1.785 (um mil, setecentos e oitenta e cinco) seguidores no Facebook.

Dentre as publicações efetuadas no período, as que tiveram maior destaque entre número de curtidas e de compartilhamentos foram:

- contratação de serviços advocatícios pelo município - Consulta nº 873.919;
- publicado o segundo número do Boletim Sicom;
- o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais aderiu ao movimento Outubro Rosa que simboliza, no mundo inteiro, a luta contra o câncer de mama;
- contratação de artistas sem licitação gera multa em Elói Mendes;
- TJMG - Impossibilidade de contratação temporária para o CRAS;
- Ministra Cármen Lúcia pede fim da corrupção em palestra no TCEMG;

- possibilidade de licitação conjunta por vários órgãos e de adesão à Ata de Registro de Preços;
- remuneração e seu caráter alimentício - Recurso Ordinário nº 862.480;
- abertas as inscrições para a 2ª Conferência de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e para o 1º Fórum de Governança TCEMG.

6.6. Informativo de Jurisprudência

TABELA 40 - Atividades Relacionadas ao Informativo de Jurisprudência

Atividade	Quantidade
Novos cadastros para recebimento do Informativo por <i>e-mail</i>	405
Cadastros para recebimento do Informativo por <i>e-mail</i> até dezembro de 2013	6.343
Acessos ao Informativo via Portal do Tribunal	41.989

Fonte: Relatório estatístico da Corregedoria - 4º trimestre/2013.

6.7. Revista do Tribunal de Contas

TABELA 41 - Atividades Relacionadas à Revista

Atividade	Quantidade
Revistas distribuídas	3.582
Acessos à revista	2.081
Acessos de visitantes únicos	1.624
Novos cadastrados para receber a <i>newsletter</i> da revista por <i>e-mail</i>	193
Total de cadastros para receber a <i>newsletter</i> da revista por <i>e-mail</i> até dezembro de 2013	1.463

Fonte: Relatório estatístico da Corregedoria - 4º trimestre/2013.

6.8. Biblioteca Aloyzio Alves da Costa

TABELA 42 - Atividades Relacionadas à Biblioteca

Atividade	Quantidade
Atendimento ao público interno/externo	517
Empréstimos de publicações	1.760
Acessos <i>on-line</i> via Portal do Tribunal	36.304
Acessos <i>on-line</i> via intranet do Tribunal	6.445
Acessos à base de Consultas	17.706
Acessos ao TC Legis	1.078

Fonte: Relatório estatístico da Corregedoria - 4º trimestre/2013.

6.9. Central de Relacionamento com os Jurisdicionados - CRJ

TABELA 43 - atendimentos Realizados pela CRJ - Por Requerente

Requerente	Quantidade	%
Prefeituras Municipais	2.794	76,76
Câmaras Municipais	356	9,78
Entidades Municipais	379	10,41
Entidades Estaduais	109	3,00
Consórcio Público	2	0,05
Total	3.640	100

Fonte: Relatório estatístico da Corregedoria - 4º trimestre/2013.

TABELA 44 - atendimentos Realizados pela CRJ - Por Assunto

Assunto	Quantidade	%
Certidão de Contas	2	0,05
Certificado Digital	7	0,19
CRJ	53	1,46
FISCAD	40	1,10
FISCAP	273	7,50
Geo-Obras	31	0,85
Remessa de Legislação	4	0,11
SEC	41	1,13

(continua)

TABELA 44 - Atendimentos Realizados pela CRJ - Por Assunto

Assunto	Quantidade	(conclusão)
		%
SIGI	1.078	29,61
SIACE LRF	1.014	27,86
SIACE PCA	143	3,93
SICOM	953	26,18
SisObras	1	0,03
Total	3.640	100

Fonte: Relatório estatístico da Corregedoria - 4º trimestre/2013.

7. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

A Tabela 45 demonstra a distribuição do orçamento do Tribunal de Contas e a sua execução por grupo de despesa até o quarto trimestre de 2013.

TABELA 45 - Execução Orçamentária

Discriminação	Crédito Autorizado	Despesa Empenhada	Percentual de Execução
Pessoal e Encargos Sociais	480.311.001,00	475.117.166,70	98,92%
Outras Despesas Correntes	49.771.912,00	47.484.480,77	95,40%
Investimentos	2.677.463,00	1.141.915,51	42,65%
Total	532.760.376,00	523.743.562,98	98,31%

Fonte: Relatório estatístico da Corregedoria - 4º trimestre/2013 e Relatório da Diretoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

8. CONTROLE INTERNO

A Controladoria Interna, vinculada à Presidência, integra o Sistema de Controle Interno do Tribunal de Contas e é a unidade que tem a função de efetivar a gestão do controle interno dentro do TCEMG.

Além da Controladoria Interna, integram o Sistema de Controle Interno todas as demais unidades pertencentes à estrutura organizacional do Tribunal de Contas, que deverão utilizar, em suas atividades e operações, o controle interno como ferramenta de trabalho, aplicada de forma prévia, concomitante e/ou subsequente para enfrentar os riscos e fornecer razoável segurança na consecução da missão constitucional do órgão.

O art. 40 da Resolução nº 05/2013 dispõe que a Controladoria Interna tem a finalidade de auxiliar as unidades administrativas e orçamentárias do Tribunal para que executem suas atividades dentro dos estritos limites da legalidade, com moralidade, impessoalidade e eficiência.

São competências da Controladoria Interna:

- elaborar, planejar e submeter à apreciação do Presidente, até o final do primeiro trimestre de cada exercício, seu Plano Anual de Atividades;
- acompanhar e avaliar o cumprimento das metas orçamentárias, dos limites legais e dos atos de geração de despesas;
- avaliar as práticas operacionais das unidades que integram a estrutura organizacional do Tribunal;
- executar atividades de controle relativas à gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e operacional do Tribunal;
- propiciar a integração e a interação das unidades organizacionais e respectivos sistemas de controle;
- executar outras competências correlatas descritas em atos normativos próprios.

As atividades da Controladoria Interna são desenvolvidas em consonância com as atribuições e competências estabelecidas na Resolução nº 07/2010 e Resolução nº 05/2013, buscando promover a participação integrada dos gestores de cada unidade com o setor, associada a um processo de mudança de cultura em relação à atuação do controle interno, no sentido de favorecer a adoção de

rotinas e a melhoria do autocontrole afetas a cada uma das unidades, contribuindo, dessa forma, para maior efetividade no alcance das metas definidas pelo Tribunal.

8.1. Atividades Desenvolvidas

Em conformidade com o Plano Diretor e o Plano Anual de Controle Interno e em cumprimento ao disposto no art. 6º, inciso IX, da Resolução nº 08/2012, a Controladoria Interna do Tribunal de Contas realizou várias atividades no trimestre. Merecem destaque:

- verificação e manifestação acerca das informações lançadas no Sistema de Fiscalização de Atos de Pessoal - FISCAP relativas aos atos concessórios de aposentadoria dos servidores do Tribunal de Contas;
- conclusão das atividades de auditoria interna na Coordenadoria de Transportes;
- avaliação dos controles internos e reunião para desenvolvimento de sistema de informação na Coordenadoria de Licitação;
- avaliação da implantação dos procedimentos e registros para adequação da Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público na Comissão de Reavaliação e Depreciação dos Bens Patrimoniais (Coordenadoria de Patrimônio);
- estudos e sugestões, em colaboração com a Diretoria de Administração e Diretoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças, na elaboração de minuta que resultou na publicação da Portaria nº 002/14 da Presidência, que dispõe sobre a delegação de competência para ordenar despesas, bem como para movimentar os recursos financeiros do TCEMG;
- participação em reuniões do Grupo de Estudo para implantação do Sistema de Custos do TCEMG - TCSIC;
- verificação do cumprimento dos prazos de divulgação das informações disponibilizadas no “Portal Transparência” do TCEMG.

8.2. Capacitação de Servidores

Os servidores da Controladoria Interna participaram dos seguintes cursos/eventos:

TABELA 46 - Cursos / Eventos - Controladoria Interna

Eventos	Participantes
Auditoria Governamental no Setor Público	2 servidores
Fórum Brasileiro de Controle Interno e Auditoria da Administração Pública	2 servidores
Fórum "Impacto das novas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público nas atividades dos Tribunais de Contas"	2 servidores
Curso "Gerenciamento de Projetos" - Fundação João Pinheiro	2 servidores

Fonte: Controladoria Interna

9. CONTROLE SOCIAL

9.1. Ouvidoria

A Ouvidoria é um espaço de interlocução de uma instituição com a sociedade, destinado ao recebimento de manifestações quanto aos serviços e atendimentos prestados.

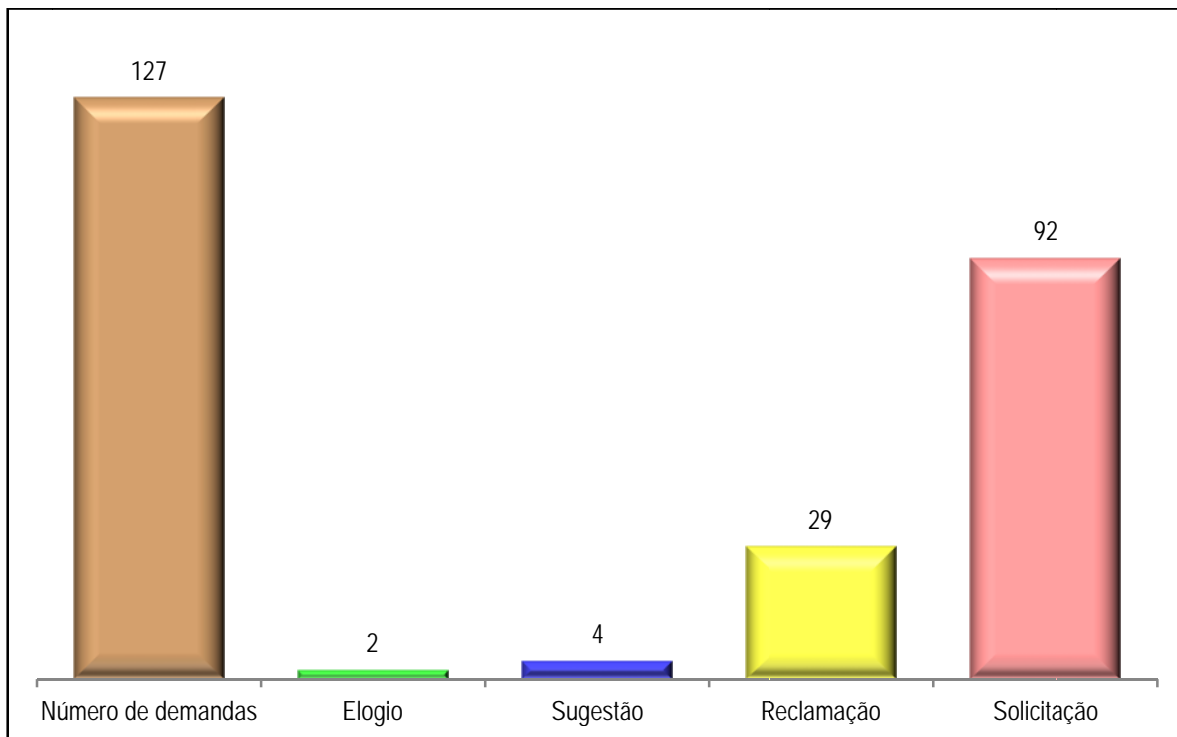
Nos termos do art. 45 do Regimento Interno do Tribunal de Contas, a Ouvidoria tem por finalidade contribuir para o aprimoramento da gestão em face das ações de controle do Tribunal, atuando na defesa da legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência dos atos administrativos praticados por agentes, servidores e administradores públicos, bem como os demais princípios aplicáveis à Administração Pública.

A Ouvidoria objetiva, ainda, receber sugestão de aprimoramento, crítica, reclamação ou informação a respeito de serviços prestados pelo Tribunal, conforme disposto no parágrafo único do citado artigo.

Entre os eventos que ocorreram no trimestre destacam-se:

- **Exposições dos Resultados da Ouvidoria e comentários sobre a Lei de Acesso à informação**
Exposição aos servidores do TCEMG sobre os Resultados da Ouvidoria no 1º semestre de 2013 e comentários sobre LAI.
- **Participação no projeto de divulgação da Rede Ouvir nas macrorregiões mineiras**
Foram realizadas exposições nos municípios de Montes Claros, São João Del Rey, Pouso Alegre, Uberlândia, Coronel Fabriciano, Belo Horizonte e Ipatinga para divulgação do projeto de implantação da Rede Ouvir em todo território mineiro, bem como para expor o tema “o alcance da excelência na gestão do município por meio da implantação da ouvidoria”.

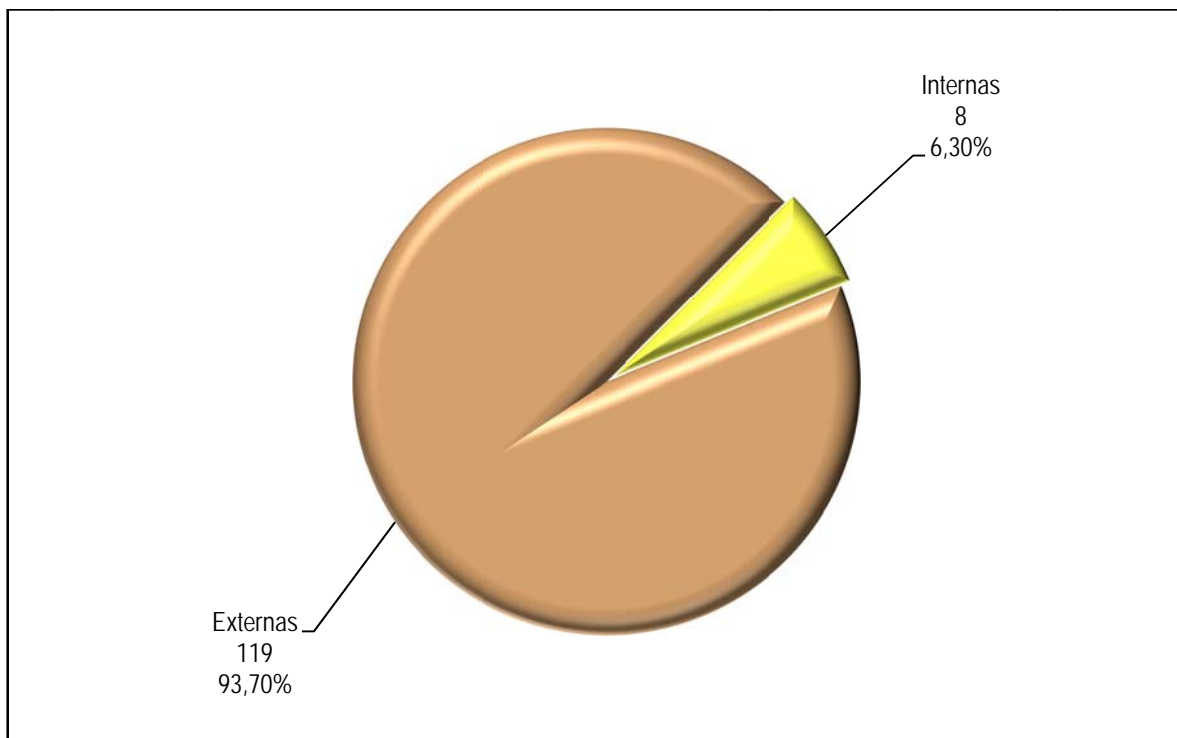
GRÁFICO 8 - Demandas Registradas



Fonte: Secretaria da Ouvidoria.

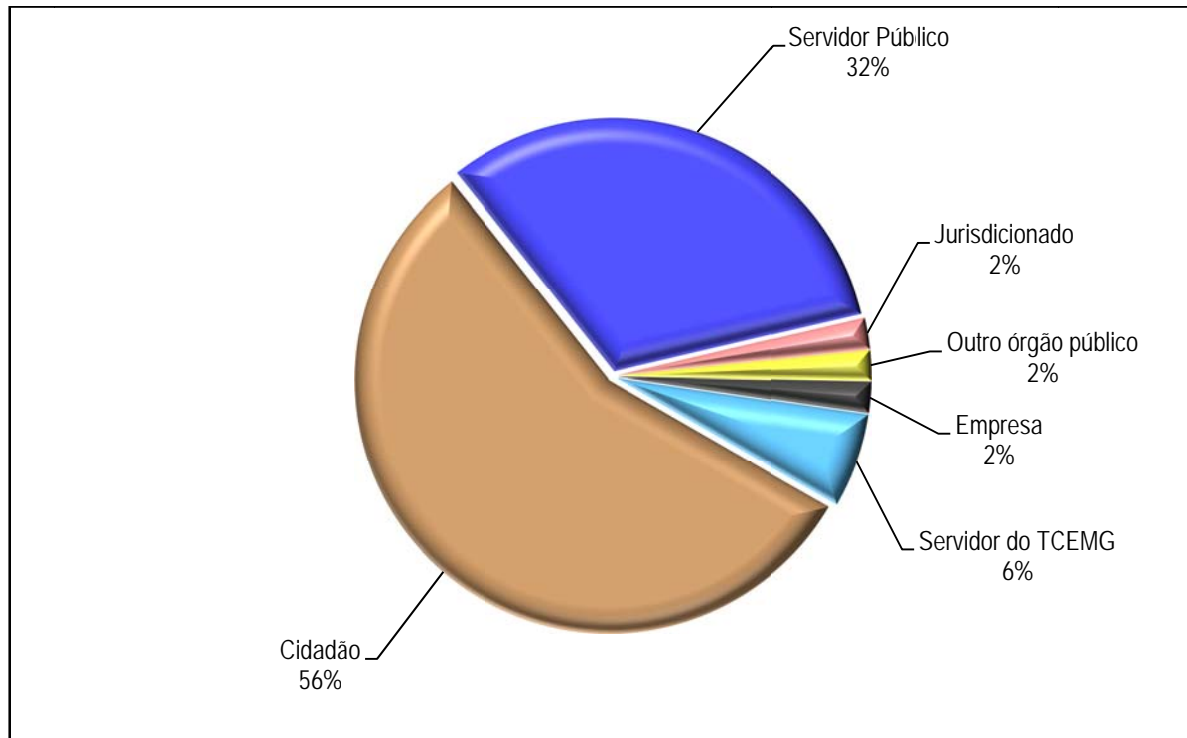
Nota: Os dados constantes do gráfico referem-se somente às manifestações recebidas do público externo do Tribunal de Contas.

GRÁFICO 9 - Origem das Demandas



Fonte: Secretaria da Ouvidoria.

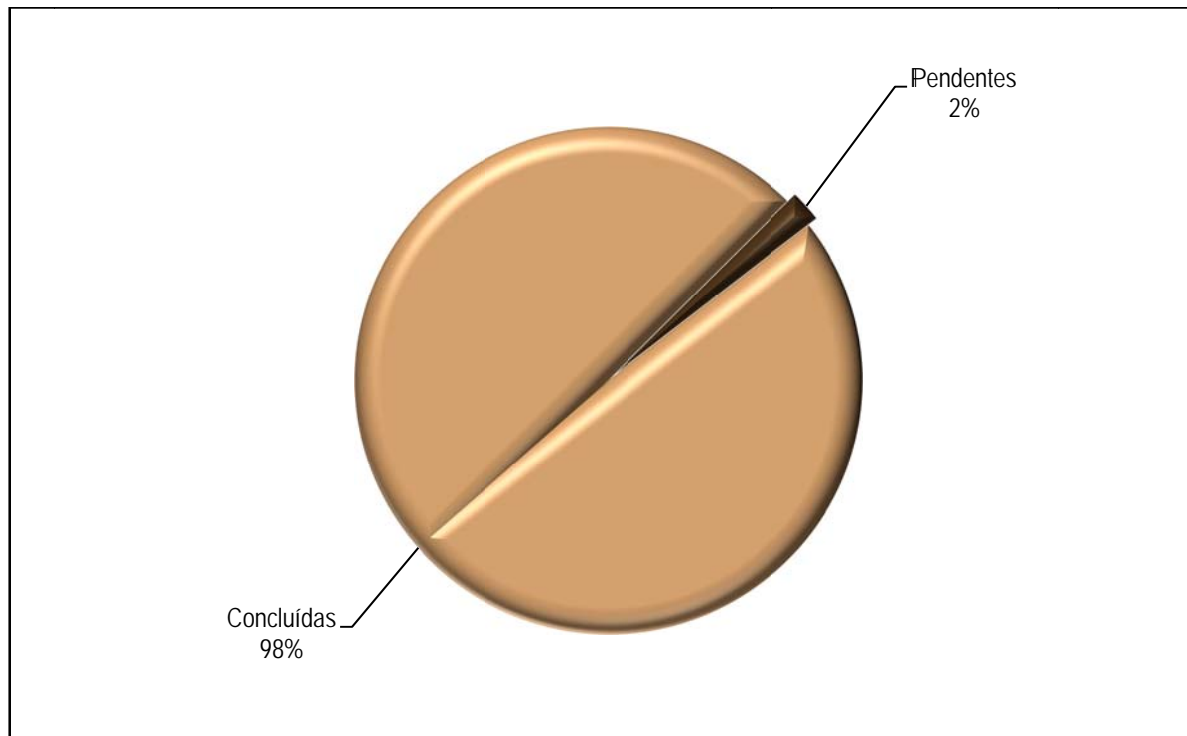
GRÁFICO 10 - Remetentes das Demandas Externas



Fonte: Secretaria da Ouvidoria.

Nota: Os dados constantes do gráfico referem-se somente às manifestações recebidas do público externo do Tribunal de Contas.

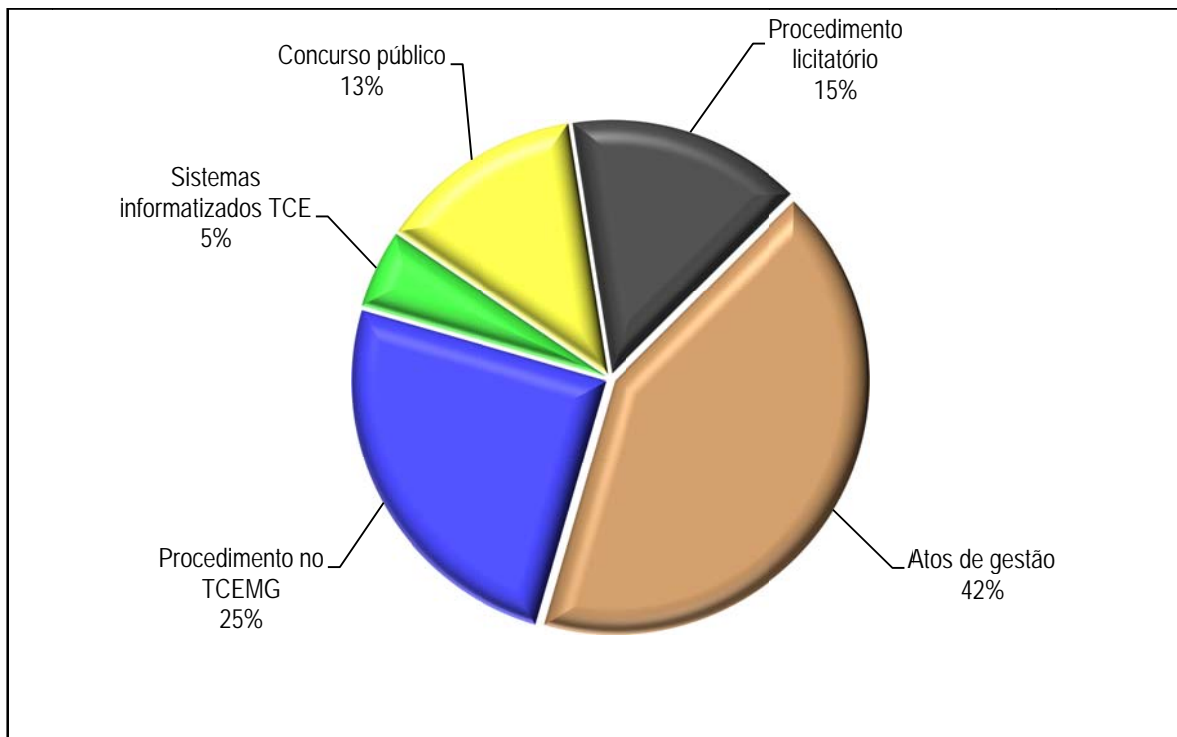
GRÁFICO 11 - Situação das Demandas



Fonte: Secretaria da Ouvidoria.

Nota: Os dados constantes do gráfico referem-se somente às manifestações recebidas do público externo do Tribunal de Contas.

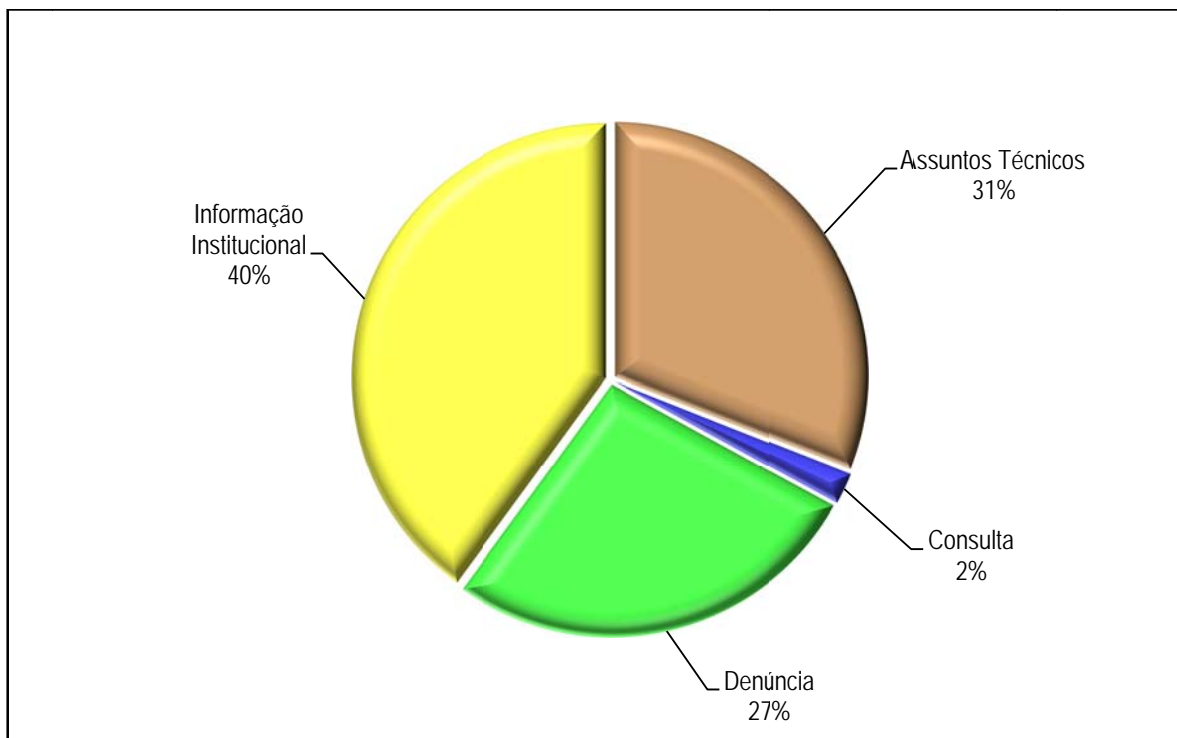
GRÁFICO 12 - Assuntos Demandados



Fonte: Secretaria da Ouvidoria.

Nota: Os dados constantes do gráfico referem-se somente às manifestações recebidas do público externo do Tribunal de Contas.

GRÁFICO 13 - Orientação



Fonte: Secretaria da Ouvidoria.

Nota: Os dados constantes do gráfico referem-se somente às manifestações recebidas do público externo do Tribunal de Contas.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações descritas neste relatório representam, objetivamente, os resultados alcançados pelo Tribunal de Contas no quarto trimestre de 2013, como também o esforço contínuo na busca do aperfeiçoamento de suas atividades de controle externo da gestão dos recursos públicos, em benefício da sociedade.